



**Tribunal de Contas
do Estado do Rio de Janeiro**

PERFIL ECONÔMICO E FINANCEIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SEUS MUNICÍPIOS

1998 a 2003

Secretaria-Geral de Planejamento

Rio de Janeiro - Novembro/2004

APRESENTAÇÃO

A quarta versão dos Estudos Socioeconômicos traz uma análise abrangente das condições de cada um dos municípios fluminenses reunidas em noventa e um volumes. O trabalho de coleta de dados foi exaustivo, oriundos de instituições nacionais e internacionais, como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Secretarias de Estado, Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro CIDE, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, SEBRAE, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, sítios das próprias prefeituras e outros, além das prestações de contas das prefeituras, estudos e análises realizados pelo Tribunal de Contas e os relatórios de análise das contas do Governo do Estado e das Prefeituras e Câmaras de Vereadores. Tratar tal massa de dados, de forma a gerar informações individualizadas por município, foi o grande desafio da equipe do Núcleo de Estudos Socioeconômicos.

As informações apuradas são importantes para subsidiar o Corpo Instrutivo e o Corpo Deliberativo do TCE-RJ no planejamento de inspeções, na análise operacional dos programas das prefeituras e na avaliação de suas prestações de contas. Os administradores locais terão uma visão global da situação de seu município, podendo compará-la com outros de porte semelhante, subsidiando-os na formulação de suas políticas e programas de governo. Pesquisadores, políticos, líderes representativos e organizações do terceiro setor, estudantes e população em geral que quiserem conhecer com maior profundidade cada um dos municípios fluminenses já conhecem a fonte de onde podem absorver esse conhecimento.

A estrutura dos Estudos está dividida em cinco grandes vertentes: primeiramente a caracterização do município, que apresenta seu histórico, suas informações demográficas, turísticas e do meio ambiente; seguida pelo capítulo de indicadores sociais, que aborda questões das mais relevantes, como desenvolvimento humano, educação, saúde, trabalho e renda, e qualidade habitacional. As potencialidades de cada local são apresentadas, com ênfase para os arranjos produtivos locais. A análise do Produto Interno Bruto do Estado, das regiões e de cada município compõe o quarto bloco. As finanças públicas são, por fim, analisadas em detalhe. As finanças locais são objeto de diversos indicadores de desempenho das prefeituras desde 1998 até o último exercício findo de 2003.

Tais análises foram resultado de iniciativa do Presidente do TCE-RJ, Conselheiro José Graciosa, há quatro anos, e estão sob a responsabilidade do Secretário-Geral de Planejamento, Horácio Amaral. No âmbito da Secretaria-Geral foi criado o Núcleo de Estudos Socioeconômicos, cuja coordenação está a cargo do Técnico de Controle Externo Marcelo Franca de Faria Mello.

O cidadão de hoje pouco se importa se o serviço que demanda é provido pelo município, pelo Estado ou pela União, mas se interessa que esse serviço seja substancial, efetivo em custo, conveniente e de alta qualidade. É certo que cada

município tem suas especificidades e daí a proposta de apresentarmos estudos individualizados, nos quais buscamos apresentar o máximo número de dados e indicadores sobre a realidade local.

Em hipótese alguma as questões mais relevantes da administração pública se esgotam nos temas abordados e nas análises sobre cada assunto apresentado, nem seria possível sem que houvesse um aumento significativo de oferta de informação pelas próprias administrações federal, estadual e municipais que, em suas áreas fins e de planejamento, deveriam fomentar ainda mais a formação de um banco de dados confiável e representativo sobre os inúmeros aspectos socioeconômicos e ambientais do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos a questão demográfica, carecem algumas avaliações relevantes, tais como as conseqüências de mutações da pirâmide etária, com crescimento da população de idosos, e a liderança doméstica feminina, decorrente da nova configuração de boa parte das famílias, que já alcança mais de 30% dos domicílios. Essas mudanças trazem novo perfil das demandas sociais: asilos, creches e escolas de período integral, e criação de oportunidades de formação, qualificação e inserção profissional para estas mulheres.

No mesmo capítulo de caracterização do município, apontamos necessidades de melhoria nos acessos rodoviários, quando pertinentes. Ocorre que o desenvolvimento modal dos transportes em nosso país é rodoviário para mais de 90% dos passageiros e 60% das cargas. Surgem, neste ponto, alguns questionamentos como: quais são os indicadores de saturação das vias, e quais as possibilidades de uso alternativo dos modos ferroviário, aéreo e aquaviário? Como está a política de transporte municipal e intermunicipal? Nas regiões conurbadas, como melhorar o transporte público e reduzir o tempo de viagem? As tarifas estão adequadas ao padrão de renda da população e ao percurso percorrido? E os acidentes de trânsito, foram reduzidos a níveis razoáveis?

Salientamos a importância do turismo como fator de desenvolvimento sem, contudo, apurar o potencial ainda não aproveitado de turismo rural, ecológico, de negócios, histórico, religioso e folclórico de cada localidade.

Abordamos a questão do uso do solo e a evolução ocorrida entre 1975 e 2001. Torna-se mais do que urgente a recomposição de matas ciliares dos córregos, riachos e rios, assim como a implantação de corredores florestais para recomposição de ecossistemas remanescentes e manutenção de sua biodiversidade. Verificamos que os cuidados a tomar com resíduos sólidos e esgoto sanitário não têm prioridade na grande maioria dos municípios. Despejos industriais e contaminação de corpos d'água por agrotóxicos estão ocorrendo, sem que se saiba sua dimensão e, por vezes, sua localização. Cabem, aqui, novas indagações: como está se dando o gerenciamento de recursos hídricos, sua conservação, proteção e recuperação? Os mananciais superficiais e as águas subterrâneas estão comprometidos até que ponto? Municípios com perfis agrícola ou industrial estão racionalizando o uso da água? Questões relacionadas a drenagem e defesa contra inundações devem sempre estar na pauta do gestor local. Quantas inundações ocorreram ou deixaram de ocorrer devido à falta de ação tempestiva ou à efetiva intervenção do poder público?

Quando abordamos os indicadores sociais, no segundo capítulo, apontamos a gravidade em que se encontra o sistema educacional e o quanto isso poderá comprometer a cidadania das novas gerações. A apuração dos motivos de

abandono e baixo desempenho merecem avaliação mais apurada. Faltam dados relativos a capacitação, reciclagem e políticas de estímulo para formação e ingresso de novos talentos no quadro permanente de professores. Existe restrição de vagas ou ausência de escola próxima da residência para um número significativo de estudantes? Essas e outras inúmeras indagações precisam ser esclarecidas e quantificadas, tais como qualidade nutricional e regularidade do fornecimento de merenda escolar; dificuldades com que as famílias se defrontam para matricular seus filhos; estabelecimentos de ensino dotados de instalações, equipamentos, facilidades e utensílios adequados.

O tema saúde é tão importante quanto educação e seus indicadores muito mais complexos e numerosos. Há muito por desenvolver em análise e diagnóstico sobre o assunto. As prioridades estão na saúde da criança, do adolescente, da mulher e do idoso, na saúde bucal, dos portadores de deficiência e em assistência farmacêutica. A idéia da promoção da saúde pressupõe identificação de problemas e alocação de recursos articulados em projetos intersetoriais, que identifiquem prioridades para suas soluções, enfocando desde os fatores de risco até ações assistenciais específicas, ou resgate de políticas não executadas no passado que acabam por provocar novas demandas no presente. Verificou-se redução sensível no número de leitos das redes federal, estadual e contratados do Sistema Único de Saúde; além de problemas institucionais e gerenciais que vêm sendo trabalhados pelos gestores nacional, estadual e municipais. Cabe a questão sobre quão abrangente está sendo a capacitação da estrutura municipal para oferta e acesso a serviços de saúde para a população local.

O Censo 2000 apresenta um retrato que permite correlacionar a formação escolar do chefe da família com sua classe de renda. A tendência, já verificada anteriormente, é de precarização das relações trabalhistas. Surgem novos questionamentos, tais como: quais são as facilidades de acesso aos mecanismos de proteção social? Há disponibilidade de cursos profissionalizantes no município? Estes são coerentes com as potencialidades locais? A demanda por cursos não-profissionalizantes, mas de qualificação mínima do trabalhador, como o uso de microcomputador ou complementação escolar também devem ser atendidas. A articulação junto a agentes econômicos locais deve ocorrer de forma satisfatória para minimização dos efeitos do desemprego, assim como buscar alocar a mão-de-obra, mesmo que temporária, via interação vertical junto aos demais níveis de governo. É conhecido que, em decorrência da pobreza e da miséria, a redução da atividade econômica gera demanda por subsídios de preços ou gratuidade de acesso a serviços públicos e assistenciais, sem mencionar as mazelas da aceleração do processo de favelização.

São sobremaneira importantes, ainda no campo social, a promoção da cultura no município e o estímulo às atividades de esporte e lazer. A solução da criança e do adolescente passa, necessariamente, pela ocupação de seu tempo ocioso. Como têm sido desenvolvidas as políticas públicas nessas áreas, bem como as parcerias público-privadas voltadas para tais iniciativas?

Por fim, a questão da segurança. Os indicadores de violência não acompanham fronteiras geográficas municipais ou regionais, mas zoneamentos que obedecem a outros parâmetros. Pesquisadores dedicados ao tema têm tido dificuldades na obtenção e na confiabilidade de dados, terminando por buscar *proxis* em dados gerados pelo sistema DATASUS, referentes a internações

hospitalares e óbitos ocorridos em estabelecimentos de saúde decorrentes de atos de violência. Migrações têm sido observadas desde os grandes centros para municípios que ofereçam menor risco à segurança. Problemas como a violência contra a mulher, adolescência e criminalidade, e reincidência têm tratamento inteligente? Ocorrências têm maior frequência em quais tipos de delitos? Mesmo que não sejam de competência do executivo municipal, como estão se comportando a prevenção e a repressão a atividades criminais, bem como a operação dos sistemas judiciário e prisional local ou regional?

Os instrumentos municipais de gestão urbana foram abordados na segunda edição dos estudos, com base em dados de 1998 de pesquisa nacional do IBGE, em capítulo específico sobre indicadores de gestão. Tais instrumentos, ao lado do Plano Diretor, aplicável a muitas cidades fluminenses, são as leis de zoneamento e de parcelamento do solo, o código de obras, os marcos legais de imposto progressivo para ocupação de áreas urbanas vazias e de proteção e controle ambiental. Estariam, todos os citados, atualizados e consistentes como fatores que propiciem o ordenamento e o desenvolvimento local? A política urbana ganha contornos mais complexos em função dos problemas de segurança, marginalidade e desemprego, que se somam às questões de infra-estrutura, transportes e abastecimento.

O processo de autoconstrução supriu, em parte, a ausência do poder público na promoção de política habitacional destinada à população de baixa renda, excluída de um sistema de financiamento que atende somente a segmentos da população com maior poder aquisitivo. Num período em que multiplicaram-se as moradias autoconstruídas, a administração local quantificou as necessidades habitacionais e identificou as principais linhas de ação de sua política nesta área? Como o poder público reagiu a processos de invasão e formação de loteamentos irregulares? Estes acabam por não contribuir para com o tesouro municipal e demandam inúmeros investimentos em infra-estrutura, sem considerar os danos ambientais decorrentes de sua ausência.

Outro aspecto relevante refere-se à representação e ao engajamento de entidades ou lideranças representativas na gestão local, via conselhos ou outros formatos, e sua autonomia para participar e decidir sobre políticas públicas. A preservação e o processo de incorporação de novos direitos dependem da democratização do aparelho estatal. Está claro que a solução de muitos problemas não poderá depender dos poucos recursos da administração pública. É preciso conferir que, nos orçamentos públicos, prevalecem a incerteza de concretização de suas receitas e a vinculação de suas finalidades a despesas com educação, saúde, previdência e cumprimento de compromissos de campanha. Os recursos são finitos e consideravelmente menores que as expectativas de uma efetiva resolução dos problemas que, se hoje são identificáveis, amanhã já poderão estar defasados em virtude de novas carências. Como vêm se desenvolvendo convênios, contratos de gestão e delegação de programas, em todas as áreas, junto a entidades privadas, religiosas e outras ligadas ao Terceiro Setor?

Temas como disponibilidade de energia, telecomunicações, Internet, ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento. Em que nível está se dando a oferta e o fomento de tais investimentos no município? Cada comunidade tem condições locais únicas que podem estimular o crescimento econômico. Os

capitais humano, social e natural, além da boa governança, são elementos-chave para tanto. As potencialidades locais foram abordadas, com base em estudos realizados para todo o Estado pela FIRJAN e pela Fundação CIDE no pioneiro IQM, ambos de 1998; pela Secretaria de Estado de Planejamento para municípios das Regiões Norte e Noroeste, em 2002; e pelo SEBRAE em 2004. Como tem se desempenhado o gestor municipal na mobilização, sensibilização e capacitação da comunidade para a gestão participativa do processo de desenvolvimento local sustentável? Como tem se articulado junto ao capital para captação e manutenção de investimentos no município?

As crescentes demandas da sociedade por maior qualidade dos serviços prestados e elevação dos padrões de desempenho dos servidores estão na pauta do administrador público, que deve buscar o aperfeiçoamento das estruturas administrativa e gerencial e dos procedimentos de trabalho.

Planejamento sistemático, monitoramento e avaliação continuados, utilizando-se de indicadores, são parte da nova agenda do Estado. A mudança da cultura organizacional e a profissionalização dos servidores públicos devem ser elementos que tragam inovação, num contexto em que o gestor competente seja negociador, coordenador de conflitos e construtor do consenso: desenvolvedor de talentos ao invés de mero ordenador de despesas. Este é um desafio para todos os níveis de governo.

O presente estudo está dividido em quatro capítulos:

- I. Situação econômica do Estado do Rio de Janeiro em 2003
- II. Arrecadação tributária e receitas de *royalties*
- III. Situação financeira dos municípios fluminenses
- IV. Análise de desempenho por região de governo

Esperamos que o material aqui reunido convide a reflexões mais demoradas sobre a realidade fluminense.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

NOVEMBRO DE 2004

I - SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2003 ¹

A atividade econômica desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro corresponde, em valor, a pouco mais de 12% de tudo o que se produz no país. Com base na cifra de R\$ 1,5 trilhão divulgada pelo IBGE para o PIB do país em 2003, o Rio de Janeiro tem um PIB de, aproximadamente, R\$ 180 bilhões. A participação no PIB nacional, que já foi maior, chegou a cair para algo próximo a 10% no início da década passada, quando a economia fluminense quase perdeu a segunda posição no ranking nacional para Minas Gerais. O declínio e a evasão de atividades tradicionais do Estado, como a intermediação financeira, começaram a ser compensadas pelo “boom” petrolífero dos últimos dez anos, permitindo que o Rio de Janeiro recuperasse terreno.

A ascensão meteórica da atividade de extração de petróleo e gás natural modificou radicalmente a paisagem da economia fluminense. O segmento denominado indústria extrativa mineral ocupa atualmente uma fração que, segundo o IBGE ², já supera os 20% do PIB estadual, à frente da indústria de transformação e do próprio setor público que, no Rio de Janeiro, tem presença mais extensa que no resto do país. Há menos de dez anos, a indústria extrativa representava algo como 3% do PIB do Rio de Janeiro. Este é o percentual que o setor ocupa, no momento, no plano nacional.

Ao passar a desempenhar o papel de locomotiva, a indústria extrativa evitou que houvesse um esvaziamento da economia fluminense. Por outro lado, estabeleceu-se uma crescente dependência em relação a esta atividade que, como se sabe, pode passar do auge ao esgotamento em prazo relativamente curto. A taxa de crescimento dessa atividade em 2003, a mais baixa desde 1995, alerta de forma objetiva para este risco.

Numa estimativa preliminar, o PIB fluminense, apresentou queda aproximada de 1,4%, em 2003, enquanto a média nacional apresentou redução de 0,2%. A tabela a seguir apresenta as taxas de variação do PIB total e per capita para o Estado do Rio de Janeiro ³, nos últimos oito anos.

Tabela 1: Evolução do PIB total e do PIB per capita do Estado do Rio de Janeiro, 1995-2003

	Total		Per Capita	
	R\$ Milhões	Var %	R\$	Var %
1995	158.457	...	11.757	...
1996	161.674	2,03	11.839	0,70
1997	163.420	1,08	11.811	-0,24
1998	167.538	2,52	11.951	1,18
1999	170.486	1,76	12.003	0,43
2000	175.414	2,89	12.189	1,55
2001	177.571	1,23	12.178	-0,09
2002	184.372	3,83	12.480	2,48
2003	181.791	-1,40	12.145	-2,68

¹ Quintella, Sergio F. – Relatório de Contas de Gestão do Governo do Estado – Exercício 2003.

² Contas Regionais do Brasil 2001

³ Fontes: IBGE, FGV – valores de 2003

Na seqüência, comentam-se os desempenhos de algumas das principais atividades desenvolvidas no Estado, possibilitando o dimensionamento da queda do produto. Ao final deste capítulo, uma tabela-síntese reúne as contribuições de cada parcela na formação da taxa de crescimento do PIB. O resultado contrasta fortemente com o vigoroso aumento de 3,8% estimado para 2002. Em termos per capita, o Estado recuou 2,7% em 2003.

Agropecuária

Entre as particularidades da economia fluminense está a participação muito pequena, inferior a 1%, da atividade agropecuária. Quase um terço da produção primária do Estado concentra-se na atividade canavieira. Considerando o desempenho de cinco das principais lavouras cultivadas no Rio de Janeiro, responsáveis por mais de 70% do valor da produção vegetal, duas apresentaram crescimento e três tiveram reduções. Para efeito de cálculo da contribuição ao PIB fluminense, pode-se admitir uma variação da produção agrícola igual à média geral do PIB estadual. A tabela seguinte apresenta a produção agrícola do Estado ⁴.

Tabela 2: Produção agrícola no Estado do Rio de Janeiro, 2002-2003

	2002	2003	Varição %
Cana de Açúcar (mil t)	7.215,3	7.233,8	0,26
Tomate (mil t)	163,1	176,6	8,28
Mandioca (mil t)	173,4	150,7	-13,09
Banana (milhões de cachos)	176,6	163,2	-7,59
Laranja (milhões de frutos)	106,7	106,0	-0,66
Varição estimada			-1,40%

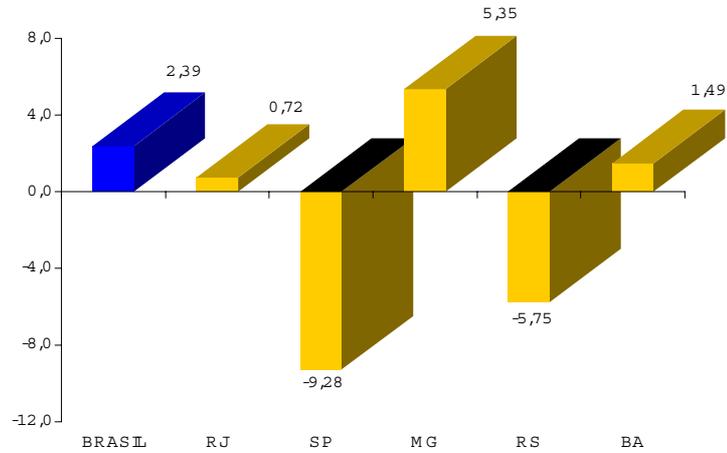
Indústria

Os quatro subsetores que formam a indústria – **Extrativa Mineral, Transformação, Construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública** – correspondem a aproximadamente 48% do PIB do Estado do Rio de Janeiro, enquanto a média nacional é da ordem de 42%.

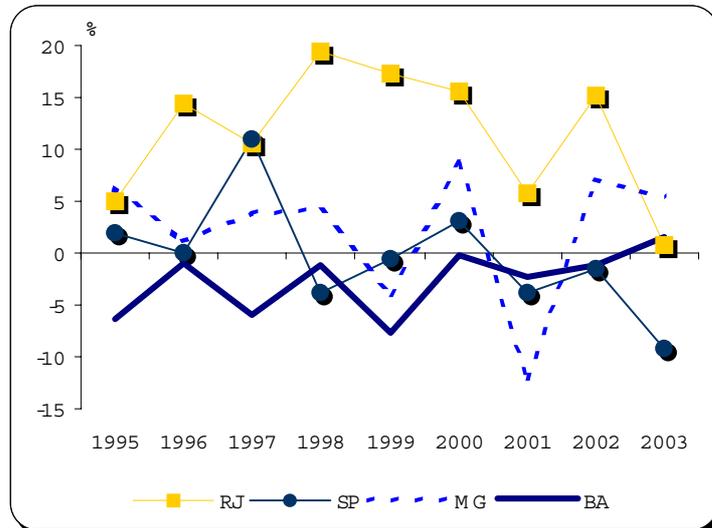
Extrativa Mineral

De acordo com o IBGE, a produção da indústria extrativa mineral cresceu 0,72% no Rio de Janeiro, em 2003. No plano nacional, verificou-se aumento de 2,39%, com Minas Gerais e Bahia contribuindo positivamente, como se vê no gráfico a seguir .

⁴ Fonte: IBGE



A variação observada no Estado do Rio é a menor desde 1995 e significativamente inferior à média desses nove anos. Em sete deles, a taxa superou os dois dígitos, culminando com uma elevação de 19,43%, em 1998. A desaceleração é preocupante pois, como já ressaltado, a indústria extrativa no Rio de Janeiro praticamente se confunde com a produção de petróleo e gás natural, ocupando a dianteira entre as atividades econômicas do Estado. O gráfico demonstra o dinamismo da extrativa mineral no Rio de Janeiro, enquanto em outros estados, como a Bahia, o panorama é de decadência.



É possível que o modesto crescimento assinalado em 2003 seja uma anomalia e que a extração mineral fluminense possa retomar taxas exuberantes, como nos anos anteriores. Mas é possível também interpretar esse dado como um primeiro sinal de que a fase de “boom” do atual ciclo petrolífero do Rio de Janeiro esteja começando a se esgotar. Nesse caso, somente novos investimentos poderiam fazer a produção voltar à antiga trajetória. Vale lembrar

que outras regiões despontam como possíveis competidoras do Rio de Janeiro por investimentos. O Espírito Santo e a bacia de Santos são exemplos.

Dada a dimensão econômica que adquiriu, a extração de petróleo converteu-se em fonte de recursos fiscais por meio dos *royalties* recebidos pelo Estado e por vários de seus municípios. Desse modo, perturbações na produção petrolífera, mesmo que temporárias, podem provocar consideráveis flutuações nas receitas governamentais. É, portanto, recomendável que o Rio de Janeiro esteja preparado para diversificar suas atividades, ainda que de alguma forma ligadas ao petróleo, para que não sofra novo ciclo de esvaziamento no futuro, com conseqüências previsíveis sobre a produção e o emprego, bem como sobre as receitas de governo.

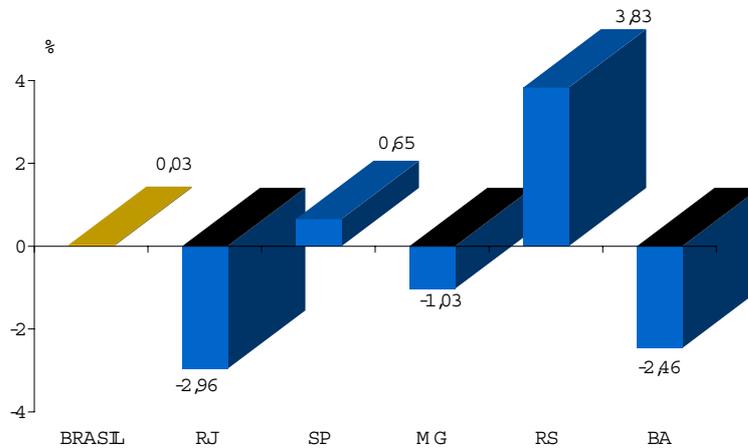
A tabela a seguir, disponibilizada pela Agência Nacional de Petróleo, ilustra a evolução dos volumes produzidos de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro. Com uma taxa média de crescimento de 13,43% ao ano, o Rio de Janeiro elevou sua participação na produção nacional de petróleo de 66,41%, em 1995, para 82,56%, em 2002. Em 2003, pela primeira vez em muitos anos, a participação mostrou ligeiro recuo.

Tabela 3: Produção de Petróleo e de Gás Natural, Rio de Janeiro e Brasil, 1994 – 2003.

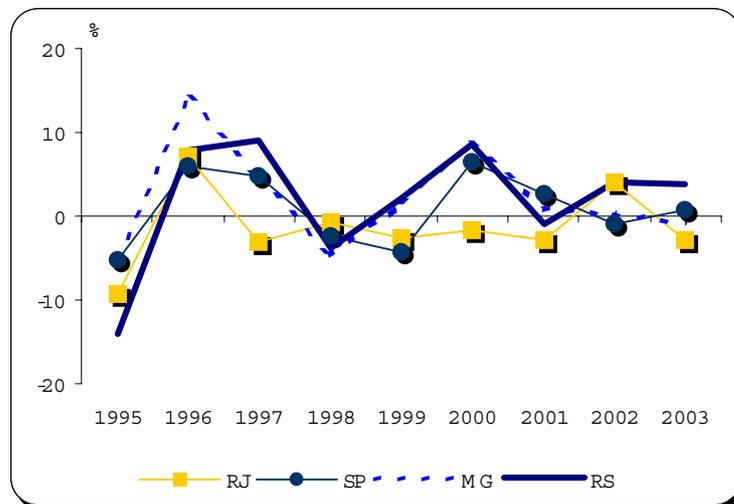
	Produção de Petróleo (mil barris)					Produção de Gás Natural (milhões m ³)				
	Brasil	Var. %	RJ	Var. %	Part. RJ (%)	Brasil	Part. %	RJ	Part. %	Part. RJ (%)
1994	242.709		161.184		66,41	7.711		2.893		37,52
1995	251.709	3,71	170.619	5,85	67,78	8.065	4,59	3.164	9,37	39,23
1996	285.590	13,46	196.833	15,36	68,92	9.167	13,66	3.576	13,02	39,01
1997	305.983	7,14	218.016	10,76	71,25	9.824	7,17	3.876	8,39	39,45
1998	354.655	15,91	261.954	20,15	73,86	10.787	9,80	4.544	17,23	42,12
1999	400.782	13,01	308.892	17,92	77,07	11.855	9,90	5.528	21,65	46,63
2000	450.626	12,44	358.751	16,14	79,61	13.282	12,04	5.721	3,49	43,07
2001	471.862	4,71	380.466	6,05	80,63	13.998	5,39	5.968	4,32	42,63
2002	530.855	12,50	438.292	15,20	82,56	15.525	10,91	6.886	15,38	44,35
2003	546.074	2,87	446.237	1,81	81,72	15.792	1,72	6.668	-3,17	42,22
MÉDIA		10,35		13,43			9,18		11,6	

Indústria de Transformação

De acordo com o IBGE, em 2003, a produção da indústria de transformação fluminense registrou variação negativa de 2,96%, enquanto a média nacional ficou praticamente estável, em 0,03%. O gráfico a seguir compara taxas de variação da produção da indústria de transformação observadas no Brasil e em outros estados.



O resultado de 2003 mostrou que a indústria de transformação fluminense não sustentou a recuperação iniciada em 2002. Naquele ano, graças ao bom desempenho de setores tradicionais, como o têxtil, que investiu em modernização, a indústria alcançou um crescimento de 4,09%, bem acima da média nacional, de 1,48%, e de estados como São Paulo, -1,04% e Minas Gerais, 0,15%. Até o momento, portanto, o resultado de 2002 parece ser ainda a exceção. Como se vê no gráfico a seguir, a produção da indústria de transformação fluminense registrou decréscimos em sete dos nove anos considerados.



Uma análise do desempenho setorial da indústria de transformação no Rio de Janeiro em 2003 mostra resultados bastante polarizados. Dos seis gêneros incluídos na tabela que, somados, perfazem mais de 70% do valor da produção no Estado, quatro tiveram queda e dois tiveram alta. Entre as quatro quedas, três são de atividades classificadas no grupo dos bens não duráveis, destinados em sua quase totalidade ao mercado interno. Em duas destas atividades, farmacêutica e têxtil, as reduções foram de grande magnitude, 19,31%, no primeiro caso, e 31,02%, no segundo.

Tabela 4: Taxas de variação da indústria de transformação, por gêneros e estados selecionados, em 2003.

%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL - 2003						
	BRASIL	RJ	SP	MG	RS	BA
Transformação	0,03	-2,96	0,65	-1,03	3,83	-2,46
Metalúrgica	4,47	7,61	1,47	6,24	3,99	6,50
Química	0,91	-3,16	2,16	2,15	4,88	-3,48
Material de Transporte	1,77	20,00	-1,20	0,40	8,70	...
Farmacêutica	-18,48	-19,32	-19,27
Alimentares	-2,66	-2,32	-3,24	-10,10	-4,49	-7,47
Têxtil	-6,90	-31,02	-6,81	-7,60	6,88	12,97
Mecânica	8,91	...	7,00	...	23,15	...

...Atividade sem representação na pesquisa

O terceiro gênero deste grupo, alimentação, teve queda de 2,32%. Embora o percentual seja bem menor que os outros dois, ele retrata a queda na produção e no consumo de alimentos, item dos mais inelásticos, dada a sua essencialidade entre os diversos bens de consumo. Também houve queda na produção da indústria química, onde se situa o refino de petróleo, que teve um desempenho muito aquém do habitual.

As duas altas destacadas na tabela estão, em maior ou menor grau, ligadas à exportação. A metalurgia, especialmente a produção de aço, atravessa um momento extremamente favorável, com demanda mundial aquecida e preços em elevação. O setor de material de transporte no Rio de Janeiro, apesar de relativamente novo, está em franca expansão, beneficiado pela recuperação da economia argentina que importa automóveis fluminenses, pela boa aceitação no mercado nacional deste mesmos veículos e pela boa fase do agronegócio no país, para o qual vende caminhões.

Construção

Em 2003, a indústria da construção sofreu nacionalmente, em 2003, uma das maiores quedas de sua história, 8,6%. No terceiro e quarto trimestres do ano passado, as quedas superaram 10%. No final da década passada, a construção representava 10% do PIB, tanto no Brasil como no Estado do Rio de Janeiro. Em ambos, o setor perdeu espaço, mas neste Estado o recuo foi maior. Enquanto no plano nacional a construção ainda representa em torno de 7,5% do PIB, no Rio de Janeiro a participação já é inferior a 6%.

O indicador mais usado para avaliar o desempenho da indústria da construção é a produção de cimento. De acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), houve queda de 10,56% na produção nacional e de 11,09% na fluminense. Essa comparação permite concluir que o desempenho da construção no Estado do Rio de Janeiro, em 2003, foi muito semelhante ao observado nacionalmente. A contribuição negativa para o PIB do Estado, no entanto, é ligeiramente atenuada pela menor participação dessa atividade no PIB local.

Serviços Industriais de Utilidade Pública

O conjunto de indústrias, também conhecido pela sigla SIUP, engloba energia elétrica, água e esgoto, e gás. Tomando-se a média das três taxas de variação, chega-se à estimativa negativa de 2,30% para a taxa de crescimento dos serviços industriais de utilidade pública.

No Rio de Janeiro, a participação deste segmento no PIB oscila entre 4% e 5%. No ano de 2003, as três atividades mostraram declínio, como ilustra a tabela a seguir ⁵.

Tabela 5: Consumo de energia elétrica, gás encanado e água, no Estado do Rio de Janeiro, 2002- 2003.

	2002	2003	Var %
Consumo de Energia Elétrica (Gwh)	26.711	25.750	-3,6
Consumo de Gás Encanado (milhão m ³)	2.714.230	2.623.460	-3,4
Consumo de Água (mil m ³)	719.652	715.113	-0,01

Em todas as regiões do país, o consumo residencial cresceu, embora o mesmo não tenha ocorrido com o consumo industrial. O resultado nacional foi de aumento de 3,7% no consumo total.

A queda no consumo de energia elétrica de 3,6% no Estado, embora ainda preliminar e sujeita a retificação, surpreende pela magnitude. Em geral, o consumo residencial é menos sensível às flutuações econômicas do que o consumo industrial. Isto fornece alguma sustentação ao consumo total. Ao que parece, no Rio de Janeiro, a queda no consumo industrial não foi contrabalançada pelo uso residencial.

Comércio Varejista

O ano de 2003 foi especialmente ruim para o comércio varejista no Rio de Janeiro. O volume de vendas caiu 6,87% em relação a 2002, quase o dobro da redução observada em nível nacional. O impacto desta redução nas vendas sobre o PIB fluminense é tão representativo quanto o provocado pela crise da construção, pois o setor varejista representa cerca de 5% da economia estadual. A tabela a seguir ⁶ compara os resultados da atividade comercial em diversos estados, entre 2001 e 2003, com base no indicador de volume de vendas no comércio varejista.

Tabela 6: Indicador de volume de vendas no comércio varejista, variações em relação ao ano anterior.

%	BR	RJ	SP	MG	RS	BA
2001	5,10	8,52	2,54	4,81	8,05	9,29
2002	-0,68	0,31	-1,47	2,38	-3,95	-0,91
2003	-3,68	-6,87	-3,65	-1,76	-3,24	-5,56

⁵ Fonte: Fundação CIDE

⁶ Fonte: IBGE

Dos seis ramos de atividade contemplados pela pesquisa, em quatro o Rio de Janeiro apresentou desempenho pior do que a média nacional. Destes, o que mais chama atenção é o ramo de Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo. Nesse setor, a queda no Rio de Janeiro superou a retração nacional por 7,47 pontos percentuais. Diante da constatação de que neste ramo se encontram inúmeros bens de primeira necessidade, vê-se que a população do Estado e do Brasil passou por forte contenção de consumo em 2003, como ilustra a tabela a seguir.

Tabela 7: Indicador de volume de vendas no comércio varejista, ramo de atividade, variação percentual Brasil e RJ, em 2003.

Atividade	Brasil	Rio de Janeiro
Combustíveis e Lubrificantes	-4,29	-9,33
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumos	-4,87	-12,34
Tecidos, Vestuário e Calçados	-3,08	-11,10
Móveis e Eletrodomésticos	-0,91	-2,80
Veículos, motos, partes e peças	-7,20	-5,08
Demais artigos de uso pessoal e doméstico	-2,41	1,54

Comunicações

Este setor, com participação de 2% no PIB fluminense, também se ressentiu da retração econômica de 2003. Segundo dados do CIDE, o número de pulsos telefônicos registrados caiu 3,5%. Embora esse número não inclua a telefonia celular, atividade que também não é contabilizada no PIB, ele é o indicador mais abrangente a respeito do comportamento conjuntural do setor de comunicações.

Transportes

Embora não se disponha de um indicador conjuntural para o setor de transportes, uma aproximação razoável para se estimar o grau de movimentação econômica nessa atividade é o consumo de óleo diesel. A tabela a seguir mostra o volume de vendas deste derivado de petróleo, no Brasil e no Rio de Janeiro, com base em dados da ANP. Este é mais um dado a comprovar que a retração econômica no Rio de Janeiro foi mais profunda que no resto do país. A participação do Estado no consumo do país, entretanto, permaneceu a mesma de 2001.

Tabela 8: Vendas de óleo diesel (mil barris).

	BR	% cresc	RJ	% cresc	Part. RJ (%)
2001	233.209		13.938		5,98
2002	236.596	1,45	14.675	5,29	6,20
2003	230.106	-2,74	13.762	-6,22	5,98

Serviços

Pela gama variada de atividades compreendidas e pela presença maciça de pequenas unidades produtivas, muitas das quais operando de maneira informal, é tradicionalmente difícil a construção de indicadores de atividade para o setor serviços, sobretudo em nível estadual. Esta lacuna pode ser parcialmente preenchida pela informação sobre pessoal ocupado. Sendo um setor em que a produtividade do trabalho é relativamente baixa e pouco oscilante, o nível de ocupação reflete com precisão o que se passa com a produção.

Excluindo-se os segmentos de Transportes e Comunicações, mencionados anteriormente, os serviços privados correspondem, no Rio de Janeiro, a algo próximo de 25% do PIB. Para avaliar o comportamento dessa significativa parcela, uma opção estatística são os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho.

De acordo com esse levantamento mensal, baseado nos registros administrativos utilizados pelo Ministério do Trabalho, o emprego formal no setor serviços no país, em nível nacional, cresceu 2,92% em 2003. Segundo o IBGE, o nível de atividade no setor serviços apresentou variação negativa de 0,5% neste período. Já no Rio de Janeiro, a variação do nível de emprego foi de 2,86%, muito semelhante à observada no país como um todo. Diante dessa similaridade e pela razoável uniformidade regional dos padrões de produtividade deste setor, pode-se atribuir à economia fluminense o mesmo percentual de variação observado no âmbito nacional. Isto significa que, para efeito de estimativa da taxa de crescimento do PIB do Rio de Janeiro, o setor serviços registrou queda de 0,5% em 2003.

Administração Pública

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas são estimadas através do crescimento populacional. Desse modo, admite-se para esse setor uma variação de 1,3% para o Estado em 2003. As administrações públicas no Rio de Janeiro, representam aproximadamente 20% do PIB estadual, acima da média brasileira, que é de 15%.

Tabela 9: Síntese das contribuições setoriais ao crescimento da economia fluminense em 2003.

Atividade	Taxa de crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	-1,40	1,0	-0,01
Indústria Extrativa	0,72	20,0	0,14
Indústria de Transformação	-2,96	20,0	-0,59
Construção	-8,60	6,0	-0,52
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-2,30	4,0	-0,09
Comércio	-6,87	5,0	-0,34
Comunicações	-3,50	2,0	-0,07
Transportes	-6,22	2,0	-0,12
Serviços	-0,50	25,0	-0,12
Administração Pública	1,32	25,0	0,32
Total (PIB)		100,0	-1,40

Fontes: IBGE, CIDE, MTb, FGV.

II - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E RECEITAS DE ROYALTIES

Em valores constantes de dezembro de 2003, a receita tributária decresceu 5,41% em 2003, apesar do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECP. Esse fundo foi efetivado a partir de janeiro de 2003, classificado no ICMS via aumento de alíquota, e arrecadou 962 milhões de reais a preços de dezembro de 2003, correspondendo a 7,82% desse imposto. Sem o FECP, a queda do ICMS teria sido de 11,82% em relação a 2002. O único tributo que cresceu foi o ITD, que não é afetado pela conjuntura econômica.

ICMS

Apesar de ter havido antecipação em 2002, por mudança do calendário de pagamento, o que elevou a arrecadação em 283 milhões de reais naquele ano, houve uma queda real de 2,07% em relação a 2001. Em 2003, houve novo decréscimo de 4,57%, indicando uma tendência desfavorável na arrecadação desse imposto, com reflexo direto sobre as finanças municipais pela participação de 25% que têm neste tributo.

Embora o cenário econômico nacional fosse desfavorável, com perdas reais na arrecadação do ICMS nos principais estados, o pior desempenho ocorreu no Rio de Janeiro, indicando conjuntura econômica local mais desfavorável, ineficiência na administração da arrecadação e fiscalização, ou ambos os fatores.

No período entre agosto de 2002 e agosto de 2003, a arrecadação caiu em todo o país: em São Paulo, 13,25%; em Minas Gerais, 7,77%; no Rio Grande do Sul, 5,06%; no Paraná, 6,09%; e no Espírito Santo, 4,32%. O Estado do Rio de Janeiro teve queda de 15,18%.

Pela tabela a seguir, verifica-se um decréscimo da participação da indústria e do comércio varejista em 2003, o que indica serem esses setores produtivos os responsáveis pela queda na arrecadação do ICMS, uma vez que eram responsáveis por 50% da receita nos anos anteriores, caindo para 43% em 2003. Observe-se que o comércio varejista vem diminuindo desde o ano de 2000, quando participou com 10% da arrecadação contra 7% em 2003.

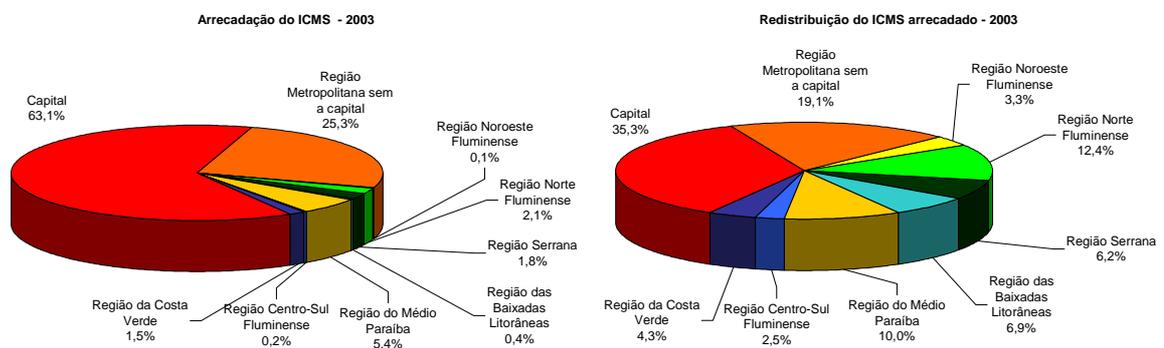
Tabela 10: Arrecadação percentual de ICMS no Rio de Janeiro.

Participação por setor econômico no ICMS em %					
Setor	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura	-	-	-	-	-
Indústria	41	41	42	42	36
Comércio Atacadista	12	13	11	11	16
Comércio Varejista	9	10	9	8	7
Serviços	37	35	36	35	38
Outros	1	1	2	4	3
Total	100	100	100	100	100

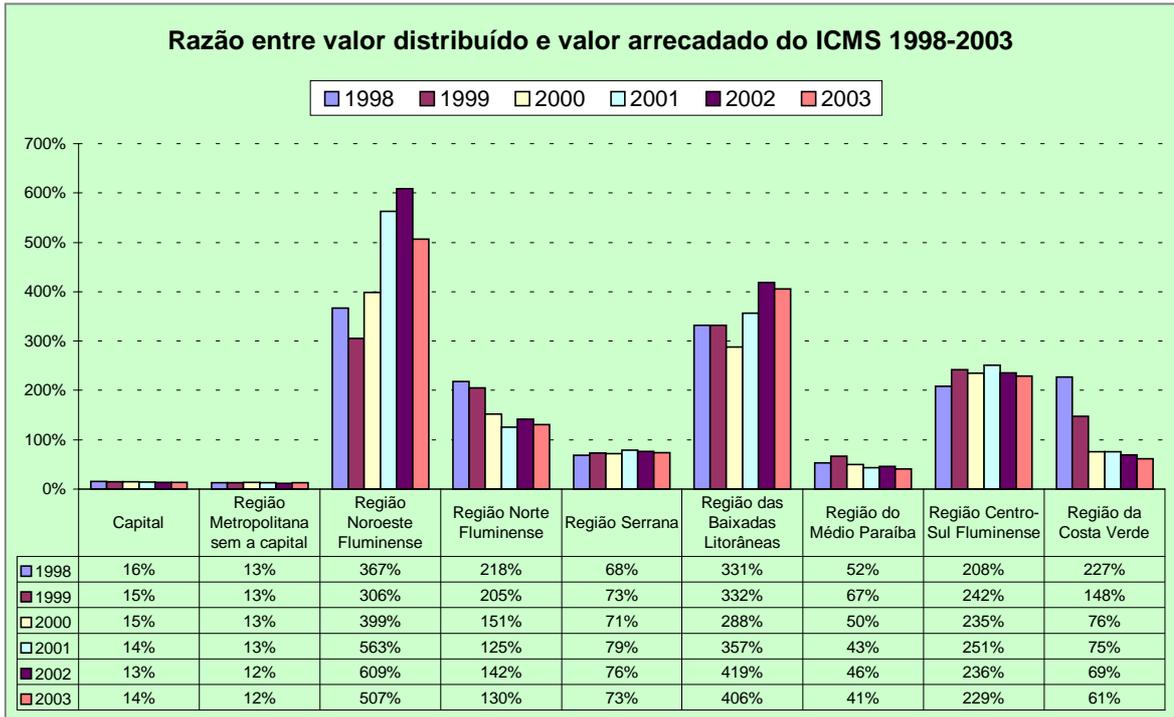
Fonte: SEF

Dispõe a Constituição Federal que 25% do produto da arrecadação do ICMS pertencem aos municípios e devem ser a estes creditados, na forma de três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; e de até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual. A Lei Estadual nº 2.664/96 estabeleceu critérios para distribuição dos recursos relativos à fração correspondente a 6,25% dos 25% a serem redistribuídos, em que são considerados a relação entre a população residente no município e o total da região a que pertence; a relação entre a área geográfica do município e a área da região; a relação entre a receita própria arrecadada com origem em tributos de competência municipal e a arrecadação do ICMS no município, baseada em dados relativos ao ano civil imediatamente anterior; uma cota mínima em igual valor para todos os municípios de uma mesma região; e um ajuste econômico calculado proporcionalmente à soma inversa dos índices de população, área e valor adicionado de cada município em relação ao total da região.

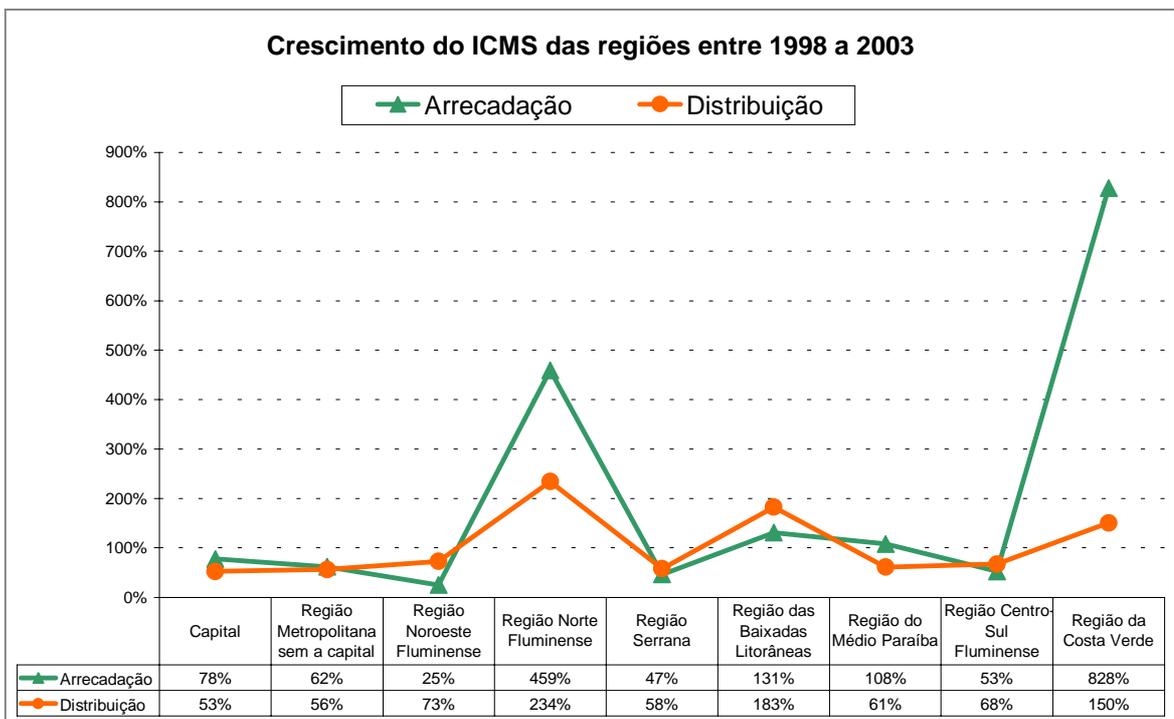
Cabe apresentar uma breve análise sobre a arrecadação e a distribuição do ICMS entre as regiões do Estado. De acordo com dados da Fundação CIDE, a arrecadação de 2003 alcançou a casa dos R\$ 10,8 bilhões, apresentando crescimento nominal de 83% desde 1998. Os gráficos seguintes apresentam as contribuições de cada região na arrecadação do ICMS e como se operou a redistribuição do mesmo no ano passado.



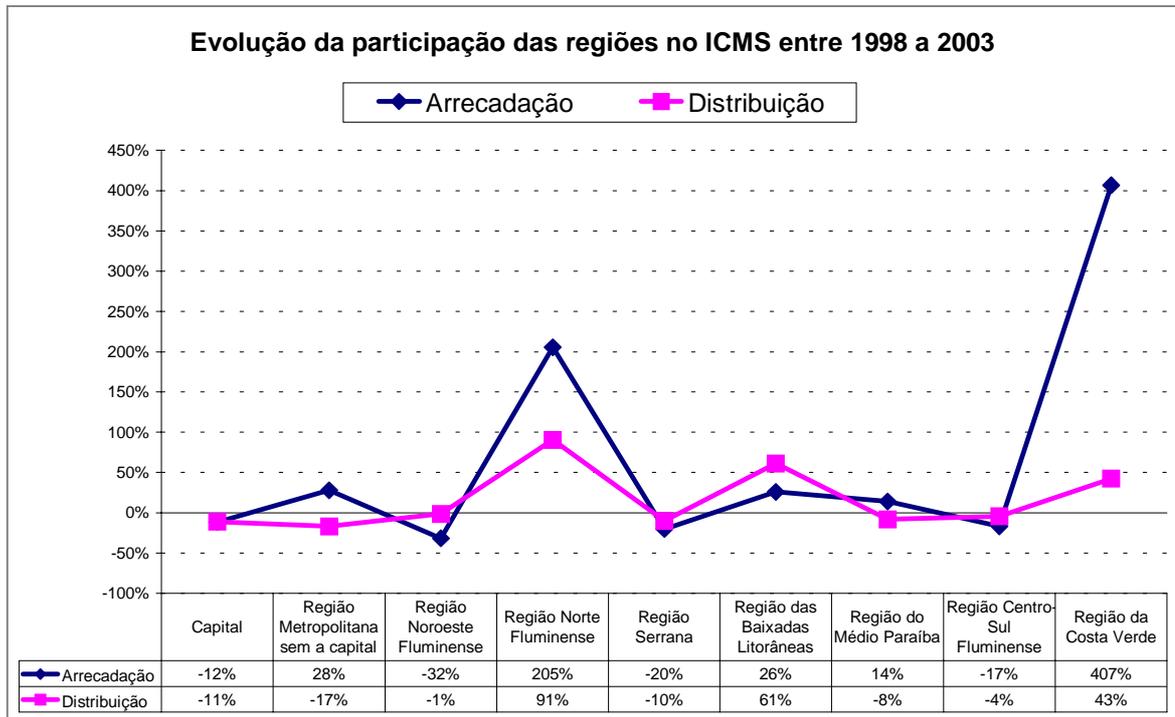
Verifica-se a democratização dos recursos quando analisamos a razão entre o valor redistribuído e o valor arrecadado por região, e aí se destacam as regiões Noroeste, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul e Norte, que recebem de 1,3 a 5 vezes aquilo que arrecadam, como ilustra o gráfico seguinte.



Destacam-se, no período de 1998 a 2003, os aumentos das arrecadações das regiões Costa Verde e Norte, seguidas pelas Baixadas Litorâneas e Médio Paraíba. Apresentaram crescimento inferior à média a Região Metropolitana como um todo, a Centro-Sul Fluminense, a Serrana e, por último a Noroeste Fluminense. O gráfico seguinte apresenta o crescimento do ICMS arrecadado e redistribuído nos últimos seis anos.



O gráfico abaixo ilustra as fortes taxas de crescimento da arrecadação das regiões Norte e da Costa Verde.



Atividade que normalmente mais contribui para a arrecadação de ICMS no Estado, com pelo menos 15% da receita tributária, o setor petrolífero-petroquímico teve, em 2003, um crescimento muito aquém do que vinha registrando em anos anteriores. Especialmente no segundo semestre do ano, os preços dos principais combustíveis caíram, afetando a arrecadação incidente sobre esta atividade, que baixou, em termos nominais, de R\$ 1.727 milhões, em 2002, para R\$ 1.591 milhões, em 2003.

Dois outros grandes contribuintes da base arrecadadora que, reunidos, respondem por mais de 30% da receita, os serviços de comunicação e de distribuição de energia elétrica, água e gás, embora um pouco menos sensíveis à retração econômica do que a indústria e o comércio, tiveram suas receitas afetadas por razões regulatórias. No primeiro caso, uma decisão judicial substituiu o IGP-DI pelo IPCA como índice de reajuste das tarifas. Como se sabe, no período em questão, o IGP-DI registrou alta bem superior ao IPCA. Mesmo assim, a arrecadação nominal dos serviços de comunicação cresceu 20,7%, quase empatando com a alta do IGP-DI. Caso o deflator fosse o IPC-RJ, a receita teria crescido 5,3% em termos reais.

No segundo caso, o contrato de concessão para a distribuição de energia elétrica previa uma revisão tarifária independente de indexadores pré-estabelecidos. Também aí o reajuste foi inferior ao de anos anteriores e aos de outros estados em 2003. A variação da receita arrecadada, em termos nominais, foi de 14,8%, o equivalente à variação do IPC-RJ.

A tabela a seguir apresenta a receita de ICMS das principais atividades econômicas no Estado.

Tabela 12: Receita de ICMS das principais atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, 2002-2003.

	2002		2003		Var %
	R\$ Mil	Part %	R\$ Mil	Part %	2002/2003
Serviços de comunicação	1.647.818	16,04	1.989.200	17,91	20,72
Distribuição de energia elétrica/água/gás	1.544.627	15,04	1.773.930	15,97	14,85
Petrolífera/petroquímica	1.727.235	16,81	1.591.249	14,33	-7,87
Bebidas	585.981	5,70	657.276	5,92	12,17
Química	373.609	3,64	555.627	5,00	48,72
Farmacêuticos	562.052	5,47	536.796	4,83	-4,49
Metalúrgica	329.826	3,21	400.867	3,61	21,54
Produtos alimentícios	304.424	2,96	352.937	3,18	15,94
Outros	3.197.892	31,13	3.247.514	29,24	1,55
TOTAL	10.273.462	100,00	11.105.390	100,00	8,10

Fonte: Secretaria de Estado da Receita – Valores nominais, não incluídas dívida ativa, multa e mora

IPVA

Esse imposto é importante para as finanças estadual e municipais (50% para cada esfera de governo), pois representou, em média, 5,09% da receita tributária estadual, no período de 1999 a 2002.

ITD

Esse tributo sofre pouca influência da conjuntura econômica, mantendo uma tendência de crescimento discreto desde 2001.

Outros

Foi o item que apresentou a maior queda (31,98%) em 2003. A Secretaria Estadual de Fazenda classifica o Fundo de Combate à Pobreza nesse item, o que provoca uma distorção pois se trata de um adicional sobre o ICMS.

Royalties

Estados, Distrito Federal e municípios são beneficiários dos resultados da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural extraídos de bacia sedimentar terrestre e da plataforma continental, a título de compensação financeira. Essa compensação financeira concretiza-se por meio de pagamento de royalties e participação especial, de acordo com a Lei nº 9.478/97. Os recursos dos royalties distribuídos correspondem a 10% do total da produção de petróleo e gás natural de um determinado campo, contabilizada aos respectivos preços de referência. A participação especial constitui compensação financeira extraordinária devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade (Decreto nº 2.705/98).

Até a promulgação da Lei nº 9.478/97, os recursos do petróleo estavam disciplinados pela Lei nº 7.525/86, que determinava sua destinação, exclusivamente, para despesas com energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico. Atualmente, com o advento da Lei nº 9.478/1997, não existe

restrição para a utilização dos recursos do petróleo, exceto quanto à proibição de pagamento de dívidas e do quadro permanente de pessoal (Lei nº 7.990/1989, art. 8º, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 8.001/90) ⁷.

Com a participação destacada que alcançou na produção de petróleo e gás natural, o Rio de Janeiro elevou sua participação nas receitas de *royalties* destinadas a estados de 42% para 68%, entre 1995 e 2003. Os municípios do Rio de Janeiro, que recebem *royalties*, também ampliaram significativamente sua participação conjunta, de 51% para 74%, no mesmo período. A tabela a seguir ilustra esta evolução, em R\$ mil correntes.

Tabela 13: Distribuição de royalties, segundo estados e municípios, em R\$ mil correntes.

BENEFICIÁRIOS	1995	1998	2001	2002	2003*
Total	122.707	283.704	2.303.290	3.183.985	4.450.860
Unidades da Federação	51.603	106.885	762.479	1.020.960	1.417.456
Rio de Janeiro	22.626	55.942	461.458	671.656	910.343
Municípios pertencentes às Unidades da Federação	45.385	101.355	769.298	1.070.436	1.475.603
Municípios do Rio de Janeiro	34.506	60.652	497.353	740.207	1.002.903
Fundo Especial	8.573	20.449	163.036	233.672	-
União	17.146	55.014	608.477	858.917	1.557.801**

Fonte: ANP

*2003 dados preliminares

**Inclui Fundo Especial

Em 2003, a receita de *royalties* destinada ao Estado do Rio de Janeiro elevou-se 35,5%, em termos nominais. Deflacionando-a pelo IGP-DI, o acréscimo foi de 10,4%. Este acréscimo foi muito superior ao observado para a arrecadação de ICMS. Com essa diferença, a receita de *royalties* para o Estado, passou a equivaler a 8,2% da receita do ICMS, participação que vem crescendo continuamente. Em 1995, por exemplo, no início do “boom” petrolífero, as receitas de *royalties* representavam apenas 0,5% das receitas de ICMS. Incluídas as participações especiais, transferências oriundas de resultados de exploração extraordinariamente elevados, que em 2003 totalizaram cerca de 2 bilhões de reais, o montante recebido pelo Estado por conta da atividade petrolífera alcançou, no ano passado, o equivalente a 25,9% da receita de ICMS, o que representa R\$ 2,9 bilhões em valores de dezembro de 2003.

Os resultados de 2003 beneficiaram-se especialmente do aumento do preço internacional do petróleo, ainda que por um período curto do ano, e também de uma cotação média do dólar superior à de 2002. Esses dois parâmetros garantiram um preço de referência para a contabilização dos *royalties* acima do vigente em 2002. Mesmo assim, a receita transferida teve um crescimento bem mais modesto que o de anos anteriores, em função de desaceleração da extração de petróleo e gás.

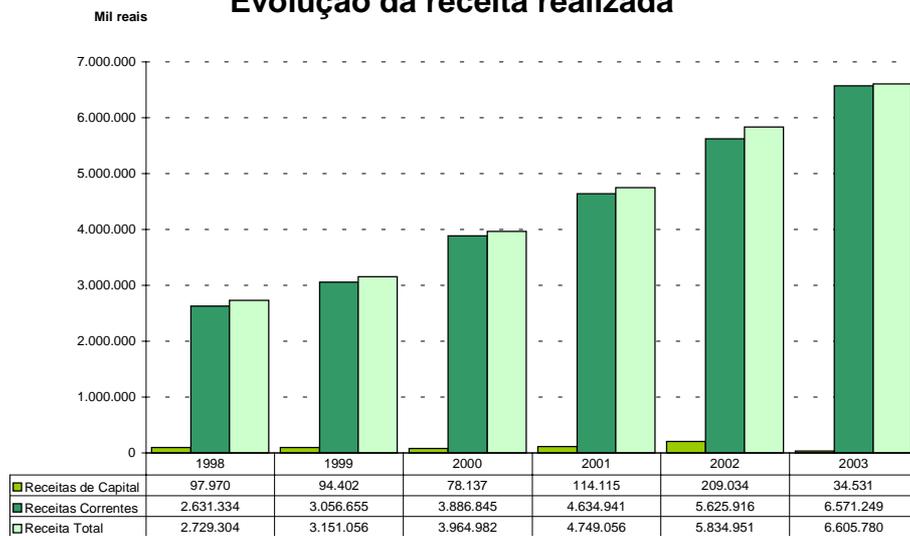
⁷Ver “Transferências de recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal: orientações fundamentais. Tribunal de Contas da União”, Secretaria-Geral de Controle Externo, 2000. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, 2000.

III - SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES ⁸

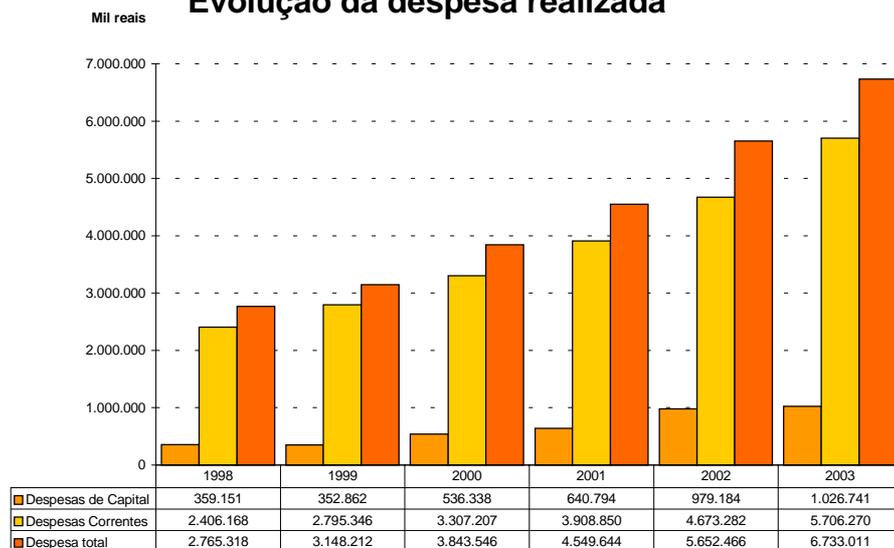
Passemos à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do conjunto dos noventa e um municípios fluminenses (sem a capital), com base em números fornecidos pelos próprios, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 1998 a 2003 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas são em valores correntes.

Evolução da receita realizada



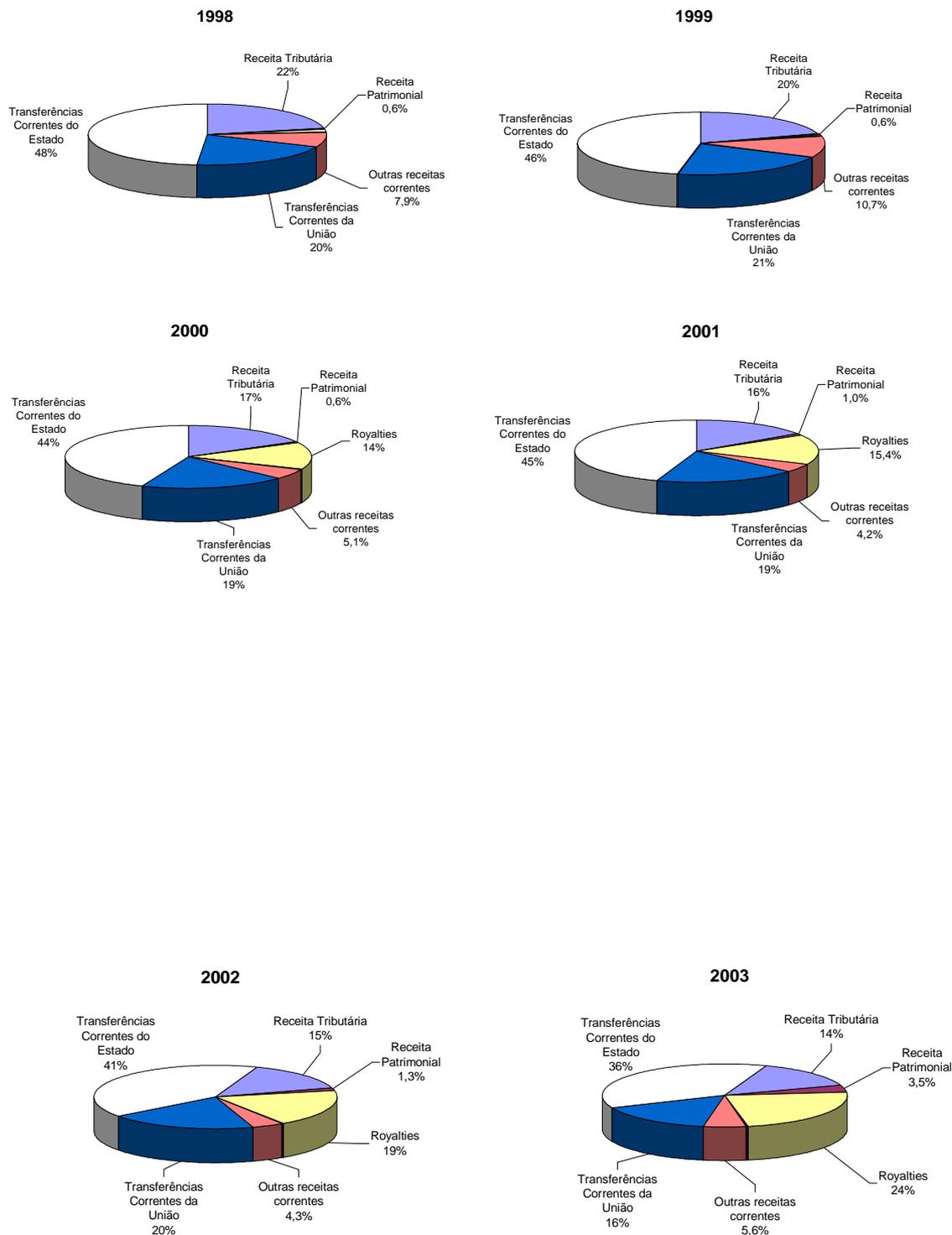
Evolução da despesa realizada



As variações percentuais registradas foram praticamente as mesmas: a receita realizada aumentou 142%, enquanto a despesa cresceu 143% entre 1998 e 2003.

⁸ Fontes: Prestações de Contas e Relatórios de análise de contas do TCE-RJ de 1998 a 2002 – dados revisados em relação à edição anterior; Informe das Prefeituras 2003 ou Prestação de Contas 2003; IBGE: população 1998 a 2003.

Com relação à composição das receitas correntes⁹, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de 1998 a 2003:



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 14% do total no ano 2003. Tal participação era de 22% em 1998.

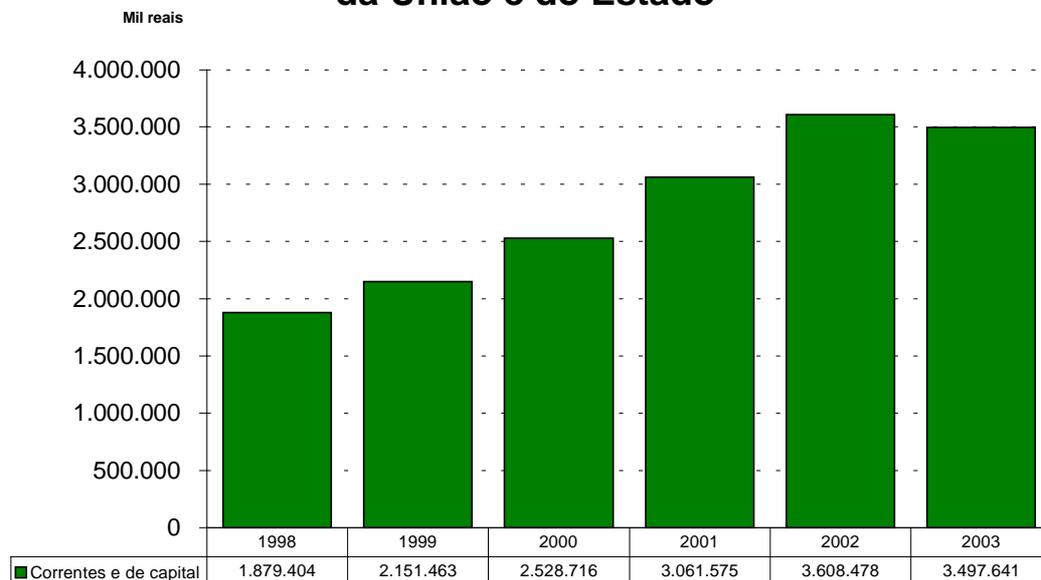
⁹ Receitas de contribuição estão alocadas em Outras Receitas Correntes. *Royalties* de 1998 e 1999 também estão incluídos em Outras Receitas Correntes.

As transferências correntes da União e do Estado decresceram de 68%, em 1998, para 52% em 2003, em que pese o fato de muitos municípios não mais contabilizarem as transferências do Sistema Único de Saúde – SUS, lançando-os diretamente no Fundo Municipal de Saúde.

Os *royalties*, sem dúvida alguma, ao superar o valor de R\$ 1,6 bilhão em 2003, representam quase um quarto das receitas correntes do conjunto dos 91 municípios analisados. Ocorre que R\$ 1,2 bilhão está concentrado em apenas nove municípios, pertencentes ao “polígono do petróleo”. A participação dos *royalties* nesses municípios oscila entre 42% e 66% da receita total. Para os demais, a participação média dos *royalties* representa apenas 7%.

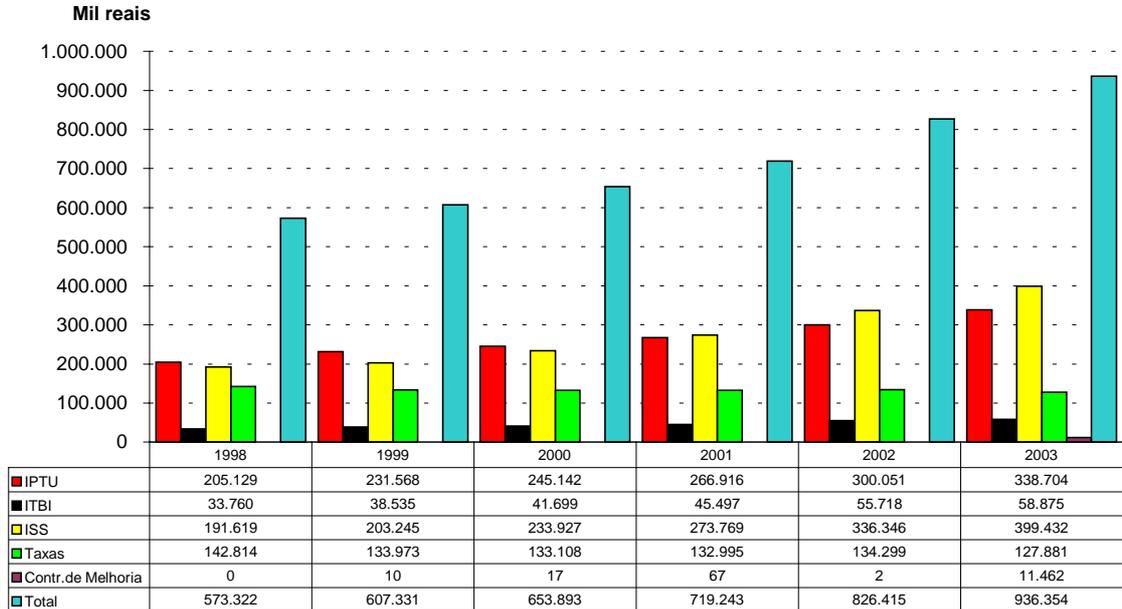
O montante transferido pela União e pelo Estado aos municípios apresentou o seguinte comportamento:

Evolução das transferências da União e do Estado



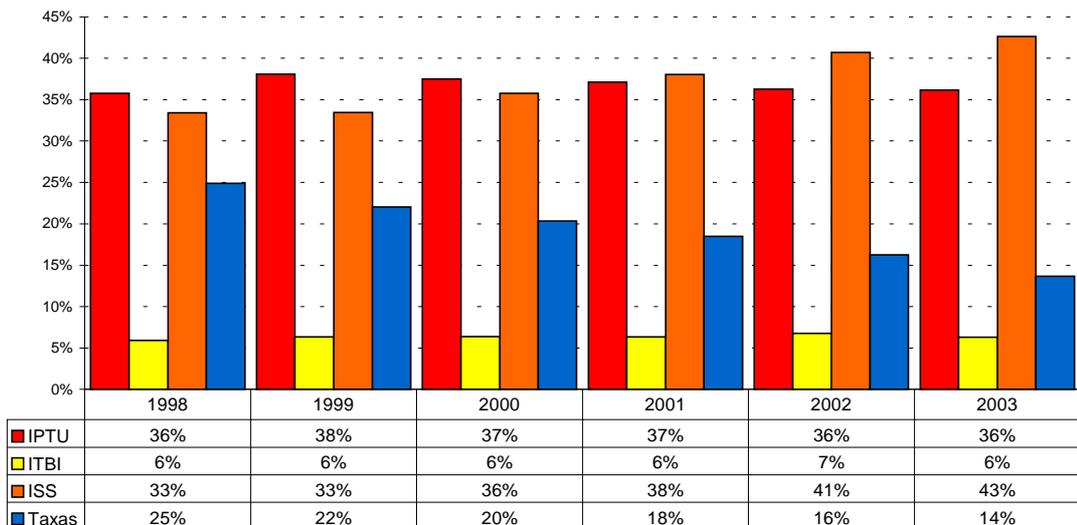
Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para os municípios, verificamos um aumento de 86% entre 1998 e 2003, enquanto a receita tributária teve um crescimento de 63% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



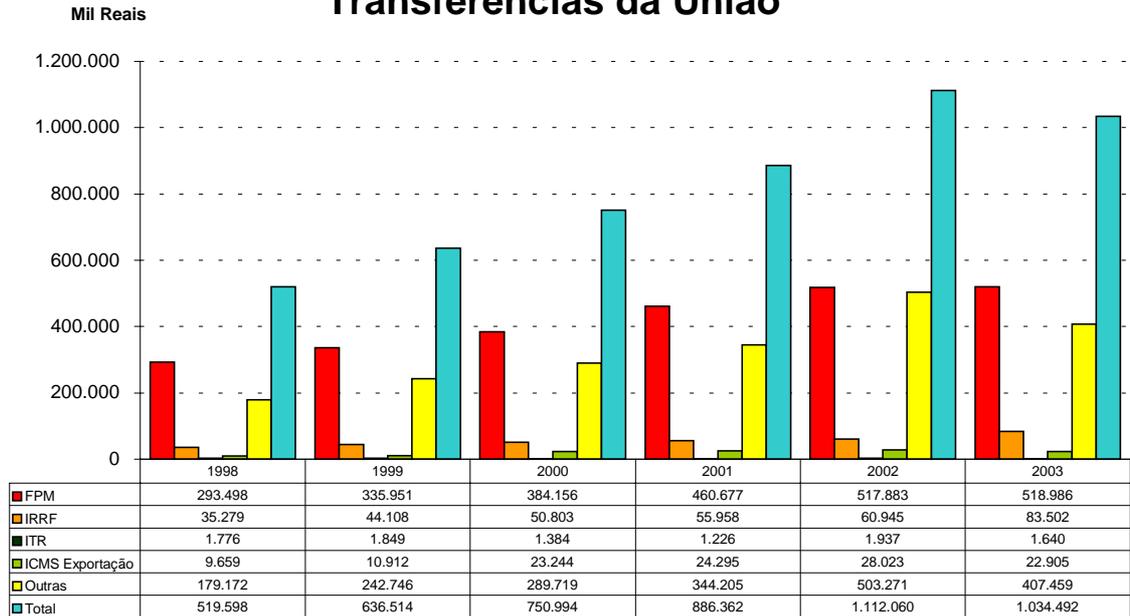
De acordo com o gráfico acima, os municípios apresentaram uma receita tributária beneficiada pelo aumento de 108% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 65% na receita de IPTU, 74% de crescimento no ITBI e uma queda de 10% nas taxas. Alguns poucos municípios passaram a arrecadar Contribuições de Melhoria.

Participação dos componentes da receita tributária dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (sem a capital)



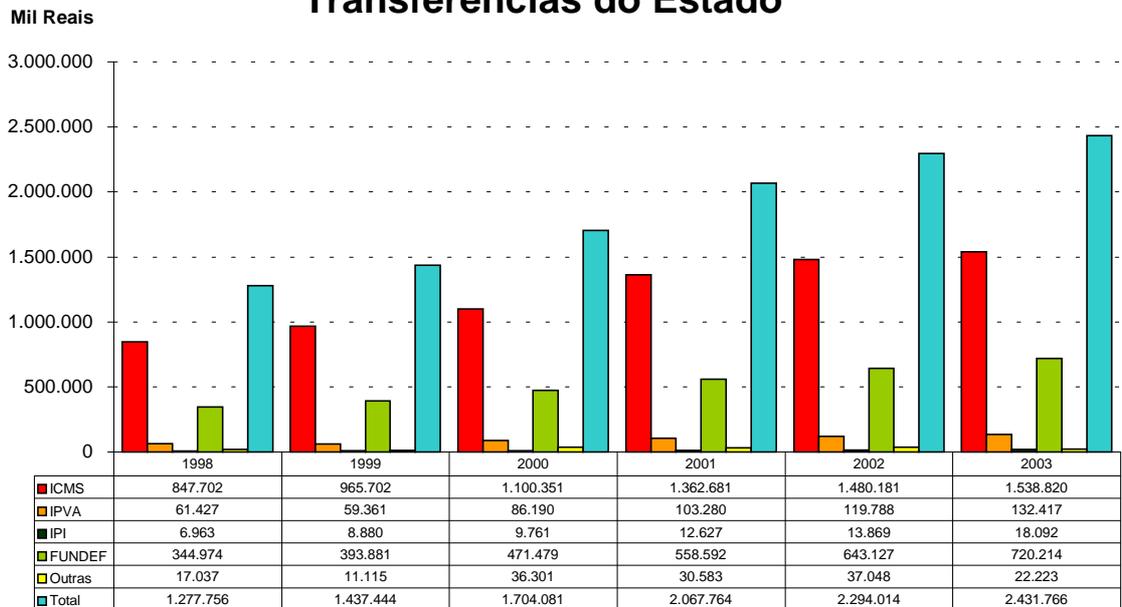
Deve-se observar a estabilidade da participação do IPTU e do ITBI no somatório da receita tributária, enquanto ocorreu forte crescimento do ISS, contra queda expressiva das taxas. Em 2003, somente, as Contribuições de Melhoria representaram 1% do total, não sendo apresentadas no gráfico acima.

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União aumentaram 99% no período, com aumento de 77% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e significativos ingressos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF¹⁰, ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 90% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 82% no repasse do ICMS e o

¹⁰ A partir de 2002, a receita de IRRF passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

crescimento de 109% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

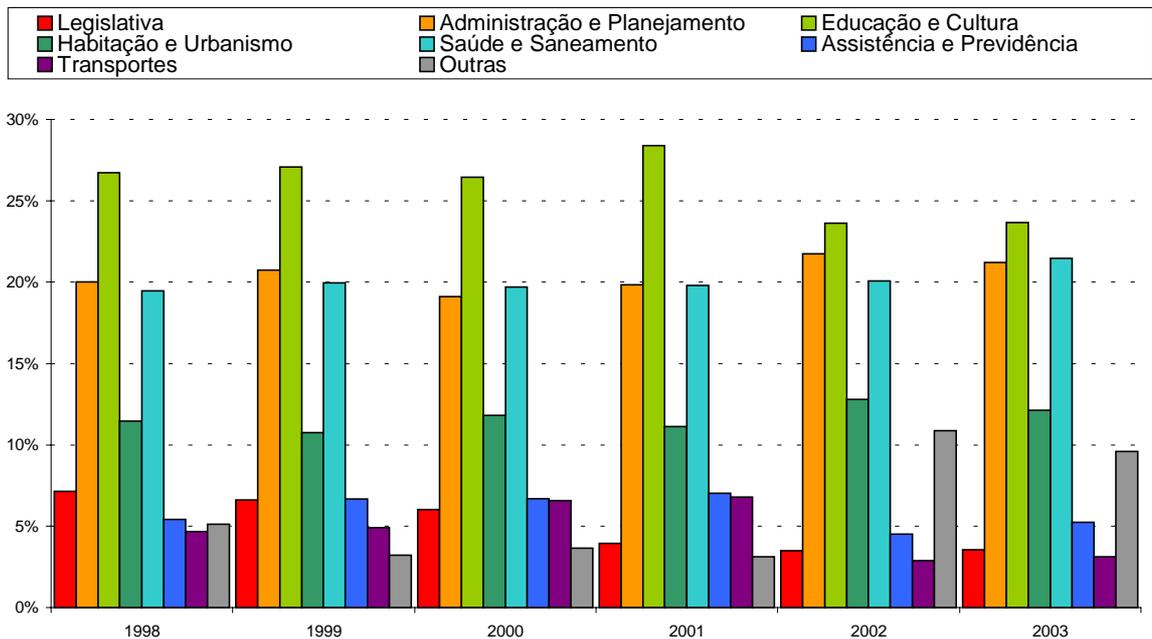
As despesas tiveram um incremento de 143% no período de 1998 a 2003, com ênfase para os aumentos nas despesas com Administração e Planejamento.

Tabela 14: Despesas por função dos 91 municípios fluminenses.

Valores em R\$ 1,00						
Função	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Legislativa	197.588.024	208.483.289	232.020.987	179.038.782	196.986.018	239.052.391
Administração e Planejamento	553.160.992	652.991.406	734.102.066	902.051.523	1.229.700.780	1.429.412.585
Agricultura	19.336.806	20.078.056	39.671.372	47.422.558	60.034.711	73.498.465
Comunicações	781.288	916.931	2.226.260	3.070.100	5.566.804	1.712.624
Desenvolvimento Regional	3.739.576	517.433	4.918.112	6.034.569	-	-
Educação e Cultura	738.864.685	852.325.205	1.016.271.689	1.290.744.104	1.334.740.639	1.594.347.115
Habituação e Urbanismo	317.003.488	338.293.742	454.128.731	505.936.810	723.236.837	816.355.816
Indústria, Comércio e Serviços	15.557.667	20.953.798	41.599.820	43.111.771	46.621.695	89.238.673
Saúde e Saneamento	538.320.100	628.009.612	757.398.482	899.723.607	1.135.780.151	1.445.848.279
Trabalho	16.973.083	18.867.858	28.239.897	29.208.700	23.120.782	39.094.174
Assistência e Previdência	149.715.940	209.651.023	256.810.103	319.155.351	254.295.304	353.559.664
Transportes	129.205.694	154.701.750	252.287.582	309.107.445	164.101.486	210.885.852
Outras	85.310.658	40.533.734	23.867.734	13.483.530	479.721.091	442.458.205
Total	2.765.558.001	3.146.323.837	3.843.542.836	4.548.088.849	5.653.906.299	6.735.463.844
Crescimento em relação ao ano anterior		14%	22%	18%	24%	19%

Pode-se verificar as reduções, incrementos e constâncias na seqüência anual de composições de gastos das principais funções, apresentadas a seguir:

Evolução das Despesas em Funções de Governo



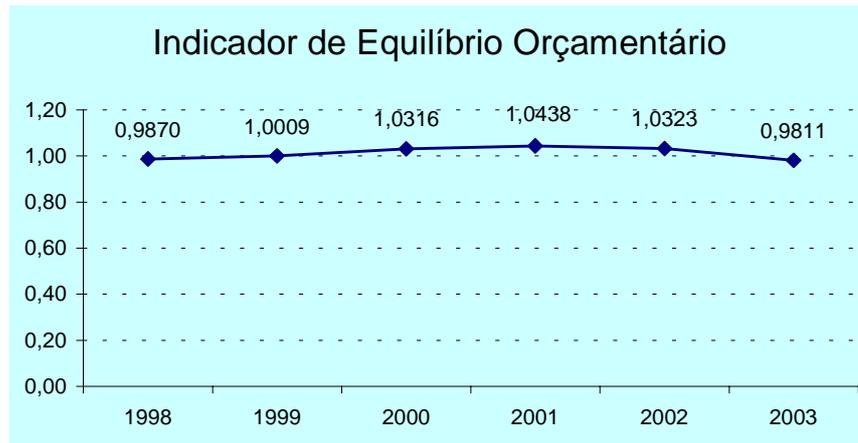
Os indicadores a seguir são úteis para interpretação das finanças públicas do conjunto dos municípios fluminenses, excluída a capital. Há grande dispersão em alguns desses indicadores, o que nos leva a apresentar, nesses casos, não apenas a média, como também a mediana, que corresponde ao valor 0,5 da distribuição.

1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2003:

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 98,11 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

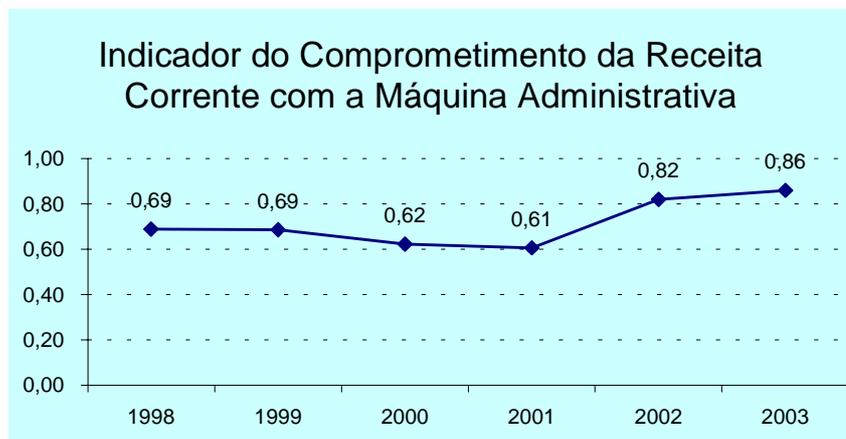
Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta a evolução deste indicador, demonstrando equilíbrio orçamentário nos quatro anos intermediários. Ressalte-se que, em 2003, somente vinte dos noventa e um municípios tiveram equilíbrio orçamentário.



2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2003:

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 86% são comprometidos com despesas de custeio, o maior dos últimos seis anos. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 1998, sendo que trinta e oito municípios têm comprometimento acima de 95% em 2003, fato que restringe a possibilidade de investimentos em prol da população local.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 212% entre 1998 e 2003, enquanto as receitas correntes cresceram 150% no mesmo período.

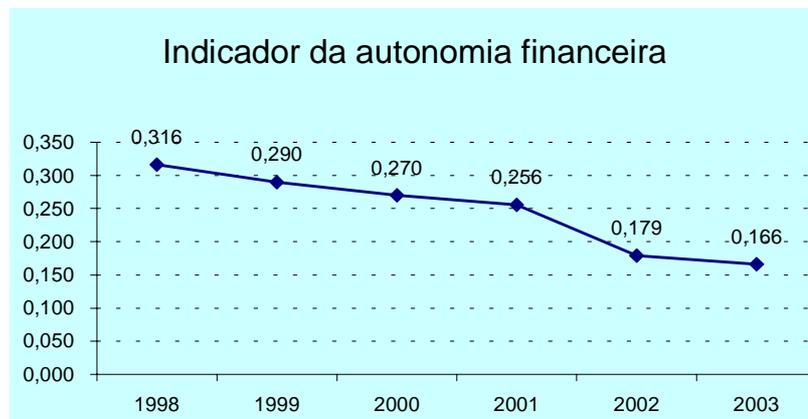
É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1998 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento

expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

3) Indicador da autonomia financeira em 2003:

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Os municípios, no exercício de 2003, apresentaram uma autonomia de 16,6%, menor percentual desde 1998. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.



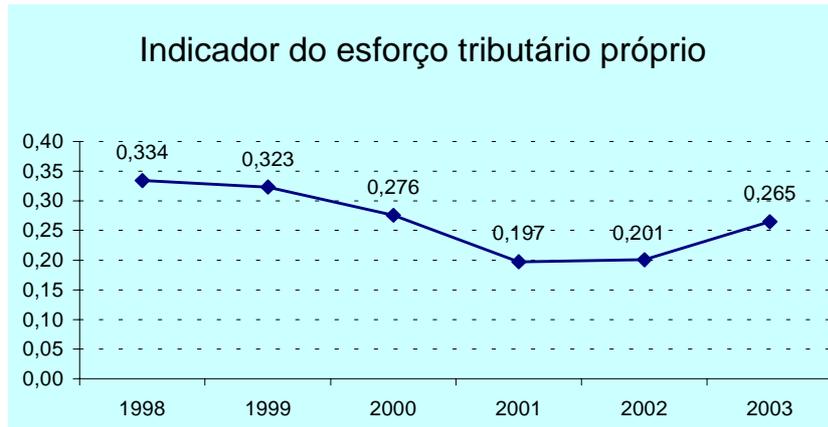
Houve forte redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu apenas 63% no período, contra 212% de aumento das despesas de custeio.

Conclui-se que ocorreu queda na capacidade do conjunto dos municípios em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que os torna mais dependentes de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

4) Indicador do esforço tributário próprio em 2002:

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, inclusive inscrição líquida na dívida ativa, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria dos municípios correspondem a 26,5% da receita total, tendo sido verificado, em 2003, a primeira elevação significativa dos últimos cinco anos, o que pode indicar uma reversão da tendência dos anos anteriores. Sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

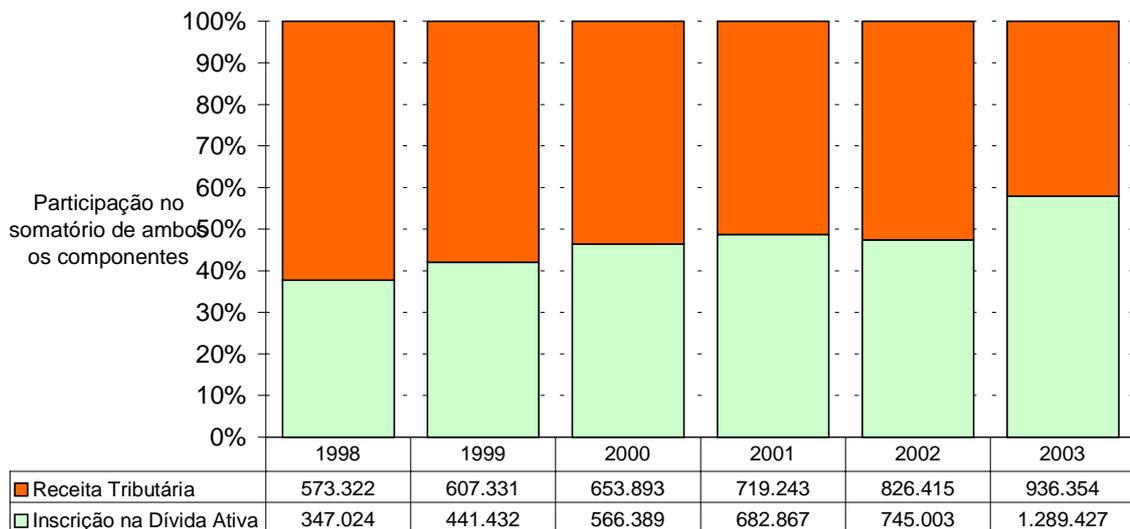


Houve redução de 21% neste indicador nos últimos seis anos, apesar dos expressivos volumes inscritos na dívida ativa.

Não resta dúvida de que a maior parte dos municípios têm sua capacidade de investimento atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios ¹¹. Dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

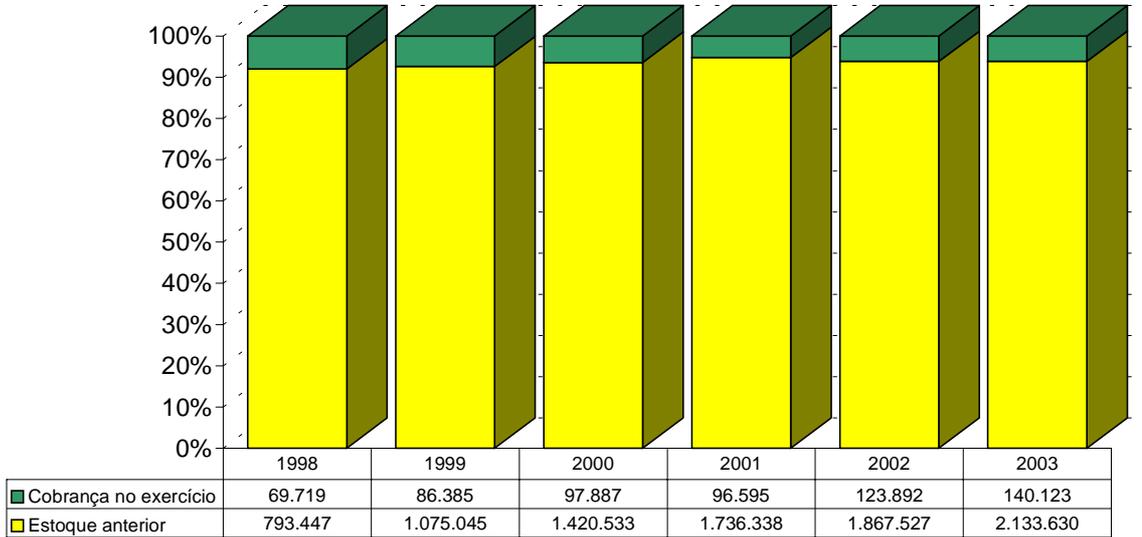
Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



O gráfico seguinte apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

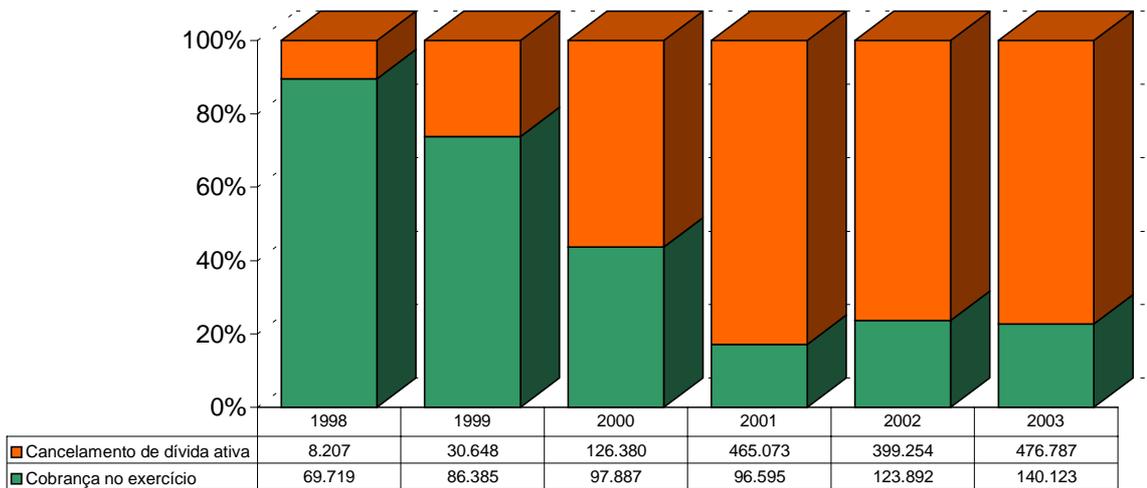
¹¹ Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

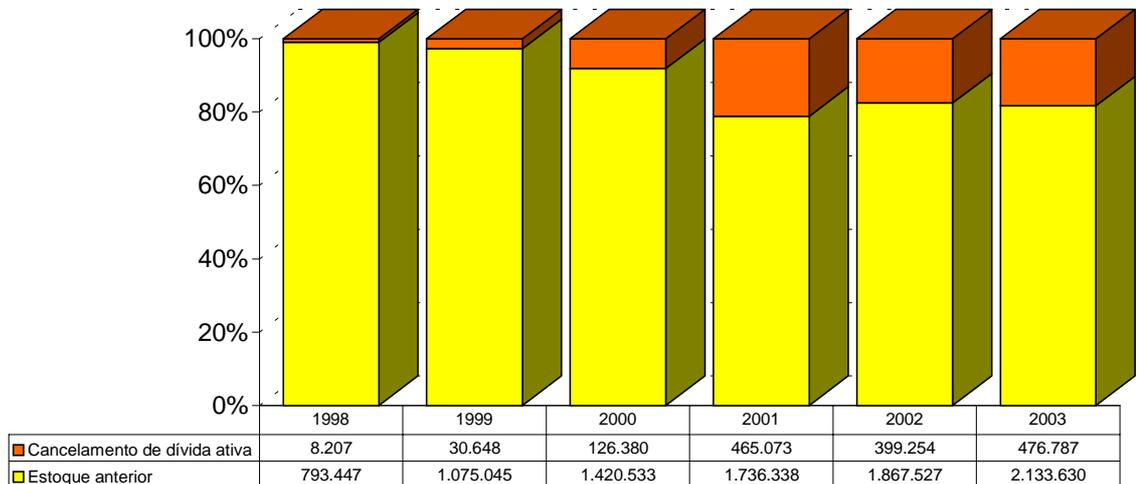


Cabe, ainda, salientar os valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

Evolução da Cobrança versus Cancelamento da Dívida Ativa

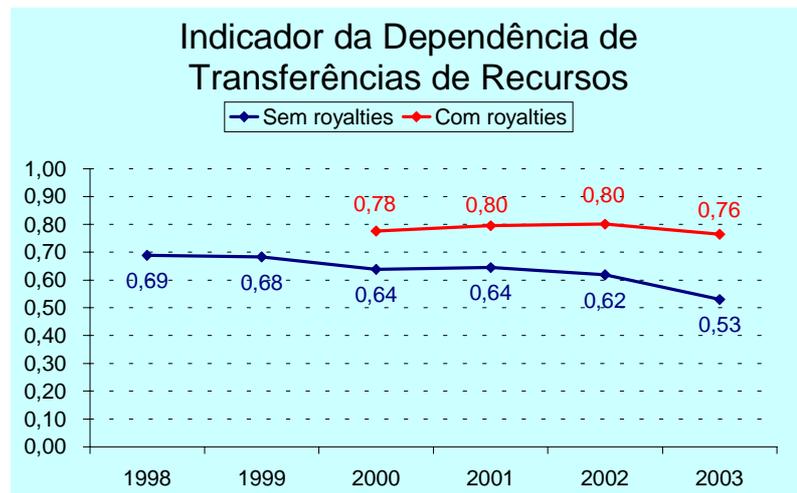


Evolução do Estoque versus Cancelamento da Dívida Ativa



5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2003:

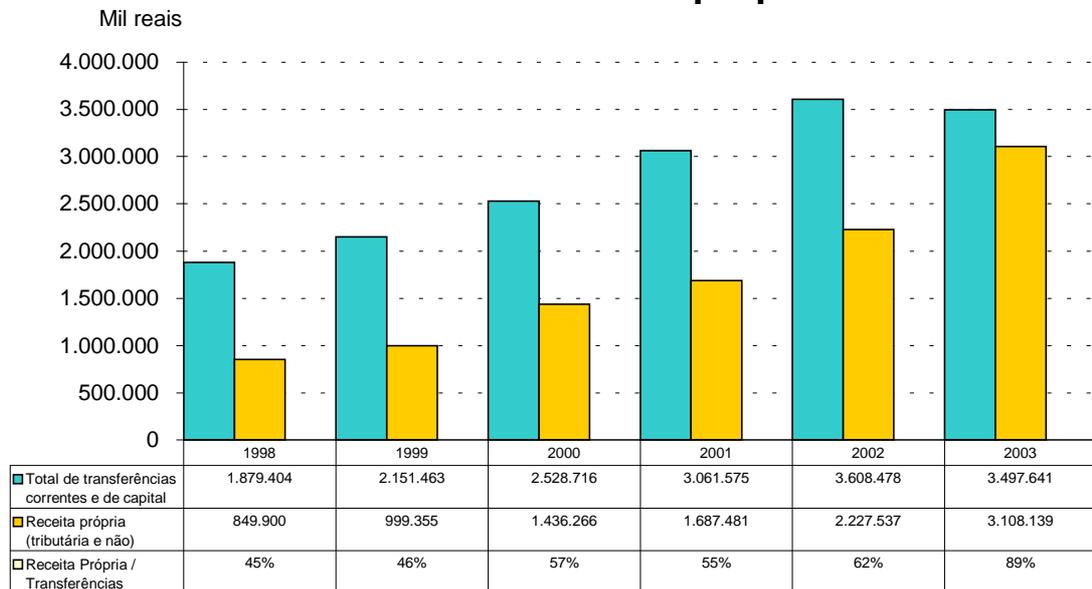
A receita de transferências correntes e de capital representa 53% do total da receita dos municípios. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.



Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2003, subiria para 76%.

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira dos municípios em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 546 milhões em 2000, R\$ 714 milhões em 2001, R\$ 1,1 bilhão em 2002 e R\$ 1,6 bilhão em 2003.

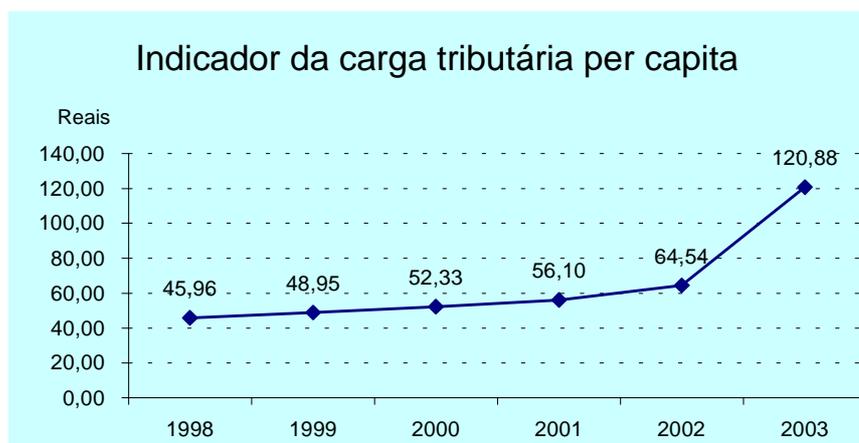
Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



6) Indicador da carga tributária per capita em 2003:

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria, bem como cobrança da dívida ativa, para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2003, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 120,88 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 163% no período.



Deve-se salientar a grande dispersão deste indicador, cuja mediana é de R\$ 68,00 per capita, chegando os extremos a R\$ 9,60 e R\$ 773,50 por habitante em 2003, respectivamente os municípios de Sumidouro e Mangaratiba.

7) Indicador do custeio per capita em 2003:

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso os municípios não dispusessem de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 634,55 reais em 2003. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 390% no período de 1998 a 2003.



Aqui também se verifica grande dispersão, com mediana a R\$ 775,00 per capita, e extremos chegando a R\$ 197,30 e R\$ 6.139,50 no ano 2003, respectivamente os municípios de São Gonçalo e Quissamã.

Como já citado no indicador nº 2, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

8) Indicador dos investimentos per capita em 2003:

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2003, o equivalente a 106,30 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento per capita dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 120,88 (Indicador nº 6 – carga tributária per capita), a quantia de R\$ 106,30 representaria praticamente que 88% do valor dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução deste indicador, devendo ser ressaltado que a mediana é de apenas R\$ 64,60 per capita e os extremos vão de R\$ 8,05 e R\$ 3.191,60 por habitante em 2003, respectivamente os municípios de Vassouras e Rio das Ostras.



9) Indicador do grau de investimento em 2003:

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 14,3% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já compromete-se 86% das receitas correntes.

Esse quociente, em 2003, apresenta mediana de 8,9% e teve extremos em 1,5% e 40,8%, nos mesmos municípios de Vassouras e Rio das Ostras.

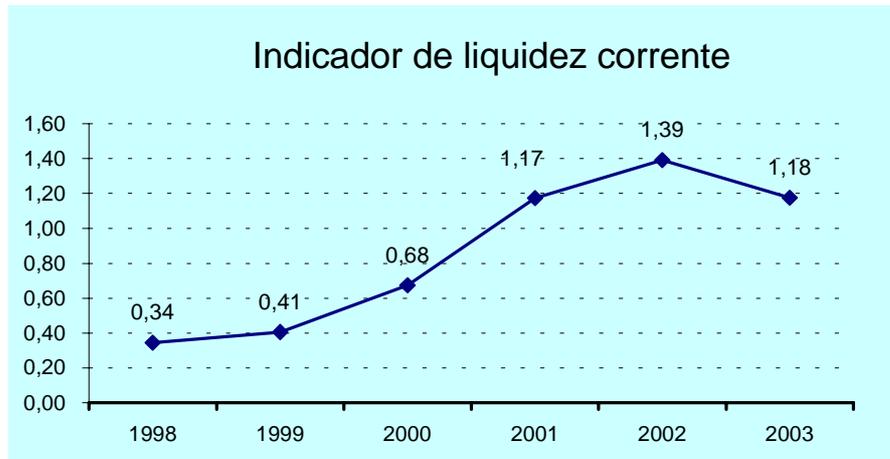


10) Indicador da liquidez corrente em 2003:

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O gráfico a seguir expressa a liquidez do conjunto dos municípios nos últimos seis anos, devendo ser considerada uma situação equilibrada aquela em que o índice for maior ou igual a 1.

Em 2003, apenas 32 municípios apresentaram liquidez corrente, sendo a mediana deste indicador de 0,66 para o conjunto dos municípios.



IV - ANÁLISE DO DESEMPENHO POR REGIÃO DE GOVERNO

Ao passarmos a análise para as regiões de Governo, devemos familiarizar o leitor com o mapa ilustrativo abaixo.



A Região da Costa Verde abrange os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty.

A Região do Médio Paraíba abrange Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

A Região Centro-Sul Fluminense contém os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras.

A Região Metropolitana é composta dos municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A Região Serrana é composta por Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

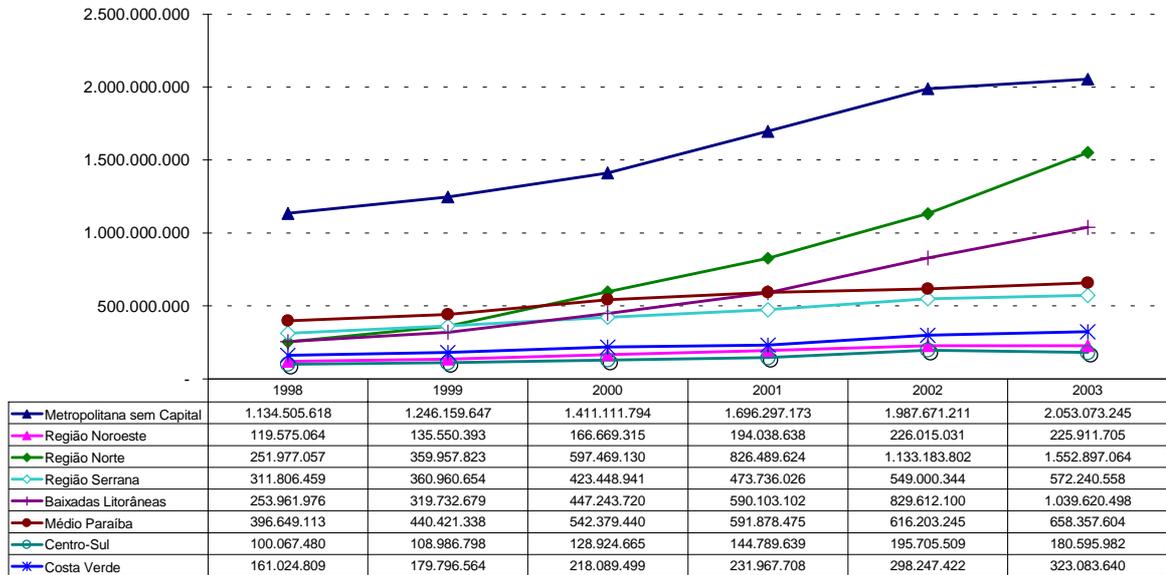
A Região das Baixadas Litorâneas abrange os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A Região Noroeste Fluminense abrange de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai.

A Região Norte Fluminense contém os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

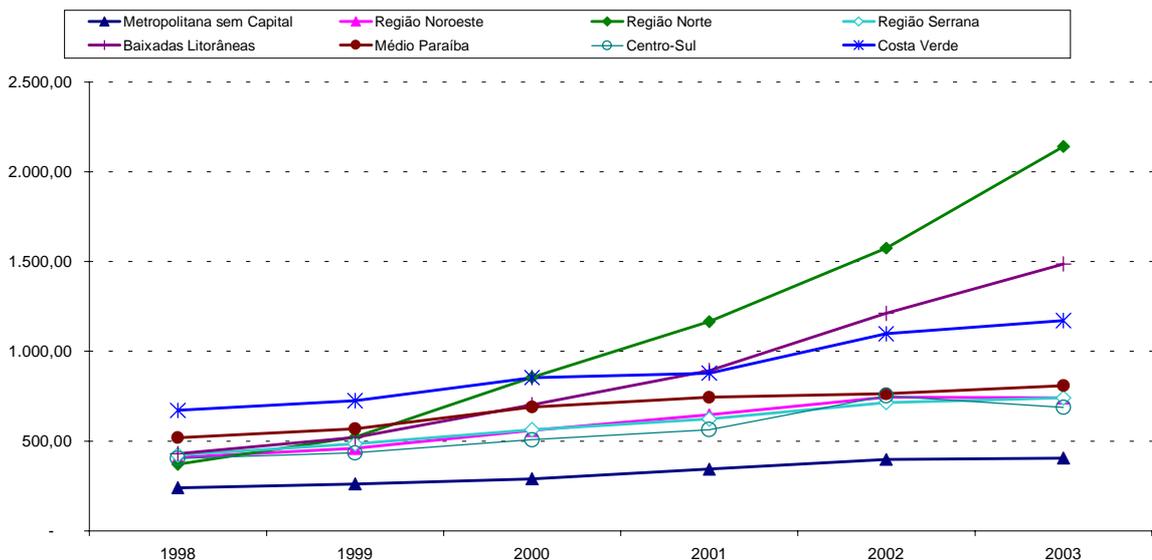
As receitas totais tiveram a seguinte evolução nos últimos seis anos:

Evolução das Receitas Totais



Em termos per capita, as receitas totais tiveram a seguinte distribuição:

Receita Total per capita

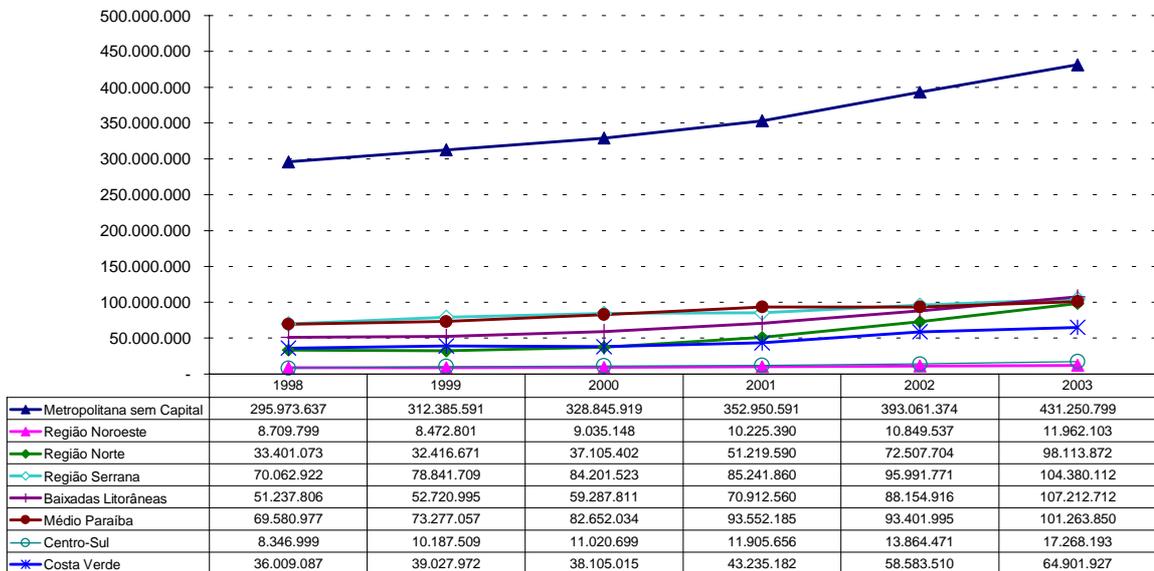


Em ambos os gráficos anteriores, pode-se verificar os benefícios dos *royalties* para as Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, a reversão da posição da Região Metropolitana sem a capital, bem como da Região da Costa Verde: a

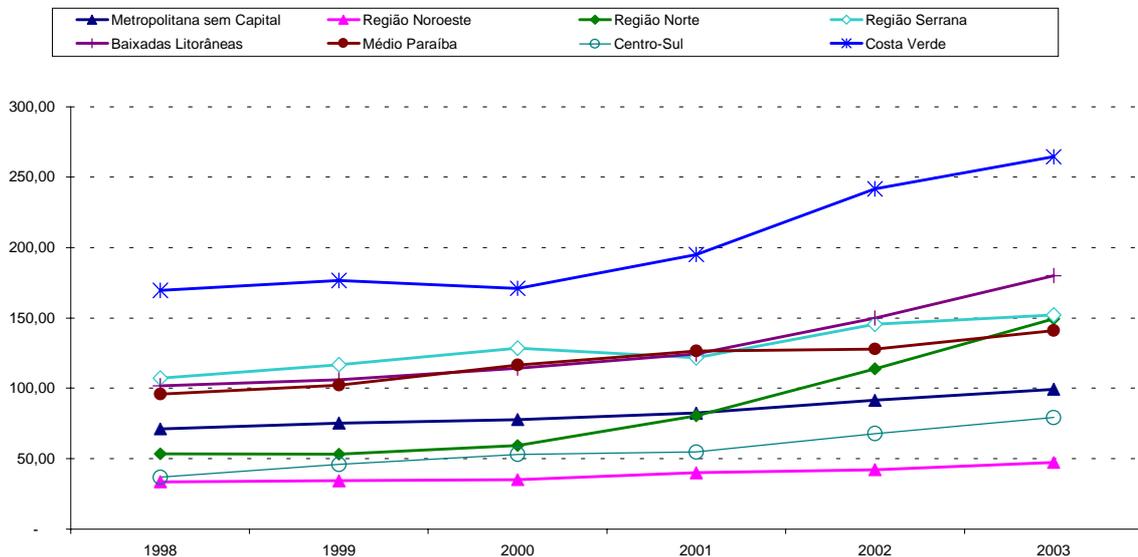
primeira cai do primeiro para o último lugar e, a segunda, de antepenúltimo para terceiro no *ranking* de receitas totais per capita.

Já a receita tributária apresenta comportamento distinto, como demonstram os gráficos a seguir:

Evolução das Receitas Tributárias



Carga Tributária per capita

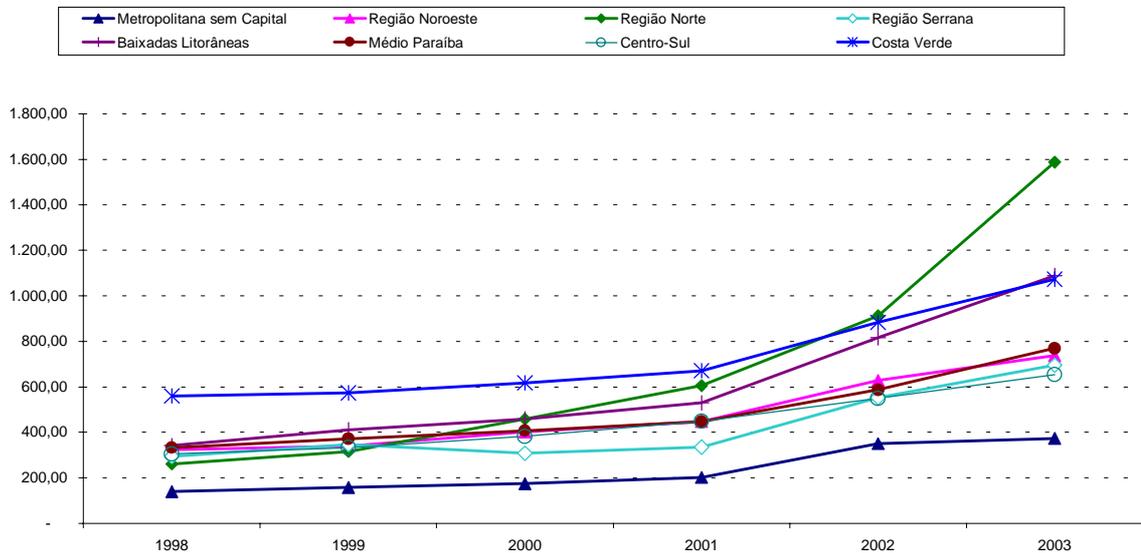


A Região Metropolitana sem a capital distancia-se enormemente das demais em termos de receita tributária total, enquanto alcança um singelo terceiro lugar na arrecadação por habitante. A Região da Costa Verde, constantemente a melhor posicionada na receita tributária per capita, é extremamente beneficiada pelos portos ali existentes, bem como pelos hotéis e *resorts*. Posicionada em segundo lugar nesse ranking, a Região da Baixada Litorânea se beneficia com IPTU das residências de veraneio, cuja população não está computada naqueles municípios. As Regiões Serrana, Norte e do Médio Paraíba encontram-se

praticamente empatadas, a primeira com equilíbrio entre IPTU e ISS e as duas últimas com maior ênfase na receita de prestação de serviços. Deve-se observar que as Regiões Centro-Sul e Noroeste arrecadam menos de R\$ 70,00/habitante.

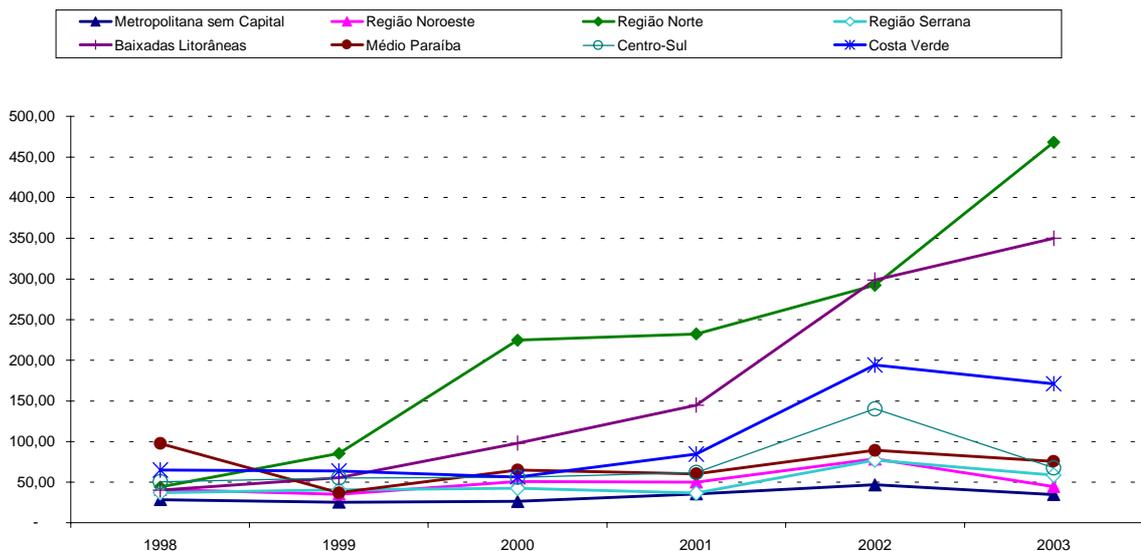
No custeio per capita, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Custeio per capita



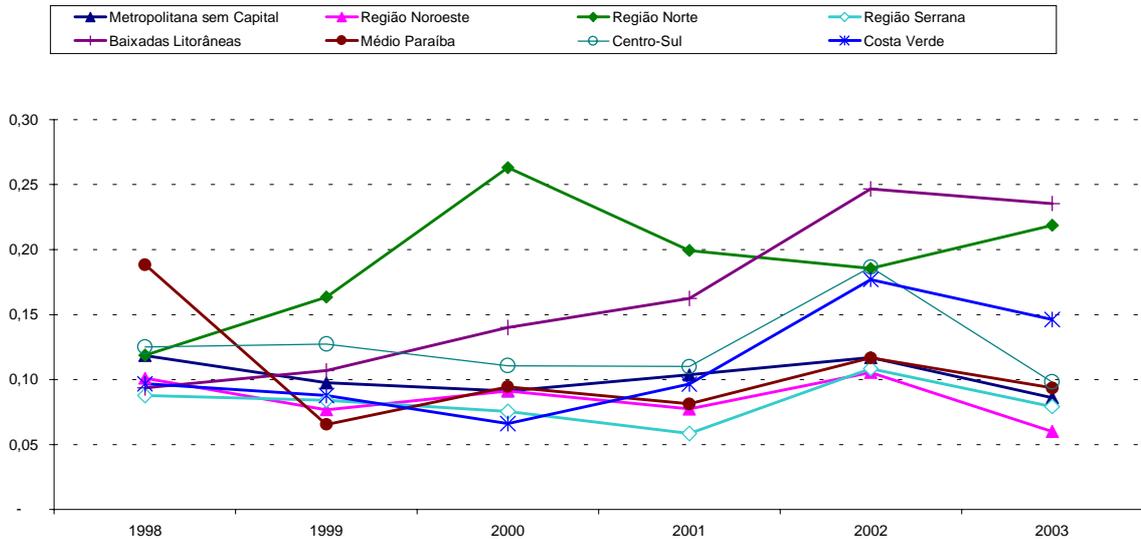
As regiões Norte, da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas têm custeio per capita acima dos mil reais, enquanto a Região Metropolitana, sem a capital, está abaixo dos quatrocentos reais e, as quatro demais, entre seiscentos e oitocentos reais.

Investimentos per capita



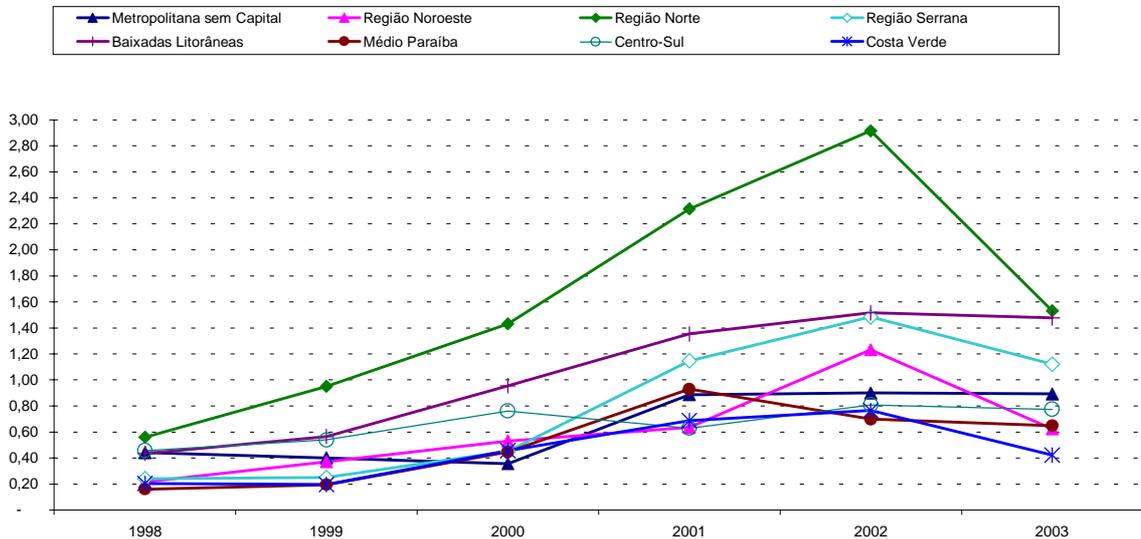
Por conta dos *royalties*, as regiões Norte e das Baixadas Litorâneas apresentam esse quociente bem superior às demais. Em terceiro lugar surge a Região da Costa Verde. Por último, e com cifras oscilando entre trinta e cinco e setenta e seis reais per capita, aparecem as cinco demais.

Grau de Investimento



Em termos de investimentos sobre a receita total, há uma inversão na posição dos dois primeiros colocados, em relação ao gráfico anterior. A Região da Costa Verde mantém o terceiro lugar e as demais apresentam grau de investimento inferior a 10% da receita total.

Liquidez corrente



As únicas regiões que apresentam liquidez corrente em 2003 são as mesmas Norte e das Baixadas Litorâneas, além da Região Serrana.

Todas as estatísticas das finanças municipais apresentam elevado grau de dispersão intrarregional e uma análise detalhada dos Estudos Socioeconômicos de cada município de interesse está disponível no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, www.tce.rj.gov.br.

Tabela 15: Receitas de 2003 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Receita Realizada em 2003	Ranking na receita realizada em 2003	Varição 2003/1998	Ranking crescimento 2003/1998
Angra dos Reis	173.528.773,42	11	103%	39
Aperibé	10.853.412,01	87	100%	47
Araruama	63.631.924,78	24	113%	33
Areal	12.248.193,41	81	75%	71
Armação de Búzios	74.378.621,21	21	379%	5
Arraial do Cabo	21.862.867,71	52	94%	50
Barra do Pirai	36.647.725,70	38	78%	70
Barra Mansa	104.306.197,62	16	74%	73
Belford Roxo	127.353.107,69	13	50%	83
Bom Jardim	17.269.127,81	62	56%	81
Bom Jesus do Itabapoana	20.905.528,83	54	89%	56
Cabo Frio	216.249.096,14	8	338%	7
Cachoeiras de Macacu	32.927.783,58	43	110%	35
Cambuci	15.768.345,95	68	91%	55
Campos dos Goytacazes	727.561.378,70	1	603%	4
Cantagalo	25.945.658,87	47	56%	82
Carapebus	42.468.655,68	36	326%	8
Cardoso Moreira	15.895.120,11	67	82%	65
Carmo	16.728.601,70	64	80%	68
Casimiro de Abreu	69.774.023,47	23	372%	6
Comendador Levy Gasparian	9.588.332,00	91	67%	76
Conceição de Macabu	18.568.052,44	58	160%	12
Cordeiro	14.547.694,82	72	118%	28
Duas Barras	13.644.089,21	76	109%	36
Duque de Caxias	458.789.678,43	3	81%	66
Engenheiro Paulo de Frontin	11.801.636,66	84	107%	38
Guapimirim	31.242.802,19	45	101%	44
Iguaba Grande	18.668.528,35	57	122%	25
Itaboraí	96.772.385,05	18	153%	15
Itaguaí	69.823.883,69	22	63%	79
Italva	12.939.683,20	79	103%	42
Itaocara	16.477.665,22	65	92%	53
Itaperuna	44.189.759,14	34	48%	84
Itatiaia	34.325.088,45	41	29%	91
Japeri	34.715.764,86	40	81%	67
Laje do Muriaé	10.736.209,74	89	86%	61
Macaé	513.101.013,13	2	656%	2
Macuco	10.753.801,09	88	101%	43
Magé	94.353.468,77	19	159%	13
Mangaratiba	49.472.971,36	28	146%	18
Maricá	51.995.905,59	27	152%	16
Mendes	12.028.867,19	82	86%	62
Mesquita *	46.946.678,06	31	39%	90

* Variação de Mesquita refere-se ao período 2003/2001

(cont.)

Tabela 15: Receitas de 2003 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Receita Realizada em 2003	Ranking na receita realizada em 2003	Variação 2003/1998	Ranking crescimento 2003/1998
Miguel Pereira	20.293.658,89	55	88%	57
Miracema	17.711.506,49	60	114%	31
Natividade	15.761.148,87	69	100%	45
Nilópolis	49.352.380,08	29	67%	77
Niterói	362.592.399,00	4	80%	69
Nova Friburgo	88.025.368,81	20	63%	80
Nova Iguaçu	300.385.693,74	6	88%	59
Paracambi	21.778.401,25	53	85%	63
Paraíba do Sul	24.903.030,17	49	113%	32
Paraty	30.258.011,99	46	137%	19
Paty do Alferes	18.336.045,65	59	43%	86
Petrópolis	200.911.483,17	9	75%	72
Pinheiral	12.960.847,88	78	65%	78
Piraí	53.552.046,70	26	113%	34
Porciúncula	14.437.261,13	73	103%	40
Porto Real	16.834.329,10	63	157%	14
Quatis	11.735.493,97	85	87%	60
Queimados	45.527.105,79	32	83%	64
Quissamã	120.845.052,57	14	605%	3
Resende	96.948.859,44	17	91%	54
Rio Bonito	47.823.956,15	30	178%	11
Rio Claro	14.351.231,32	75	95%	49
Rio das Flores	14.433.840,24	74	130%	20
Rio das Ostras	328.889.335,31	5	1473%	1
Santa Maria Madalena	15.615.944,34	70	99%	48
Santo Antônio de Pádua	24.377.437,60	50	117%	29
São Fidélis	24.023.328,64	51	93%	51
São Francisco de Itabapoana	35.284.855,45	39	195%	10
São Gonçalo	199.507.008,44	10	42%	88
São João da Barra	55.149.607,23	25	316%	9
São João de Meriti	134.788.633,36	12	43%	85
São José do Ubá	10.264.480,11	90	120%	27
São José do Vale do Rio Preto	18.743.681,47	56	147%	17
São Pedro d'Aldeia	43.561.700,12	35	124%	22
São Sebastião do Alto	12.026.952,30	83	121%	26
Sapucaia	12.620.173,90	80	42%	87
Saquarema	44.352.704,73	33	128%	21
Seropédica	32.581.090,82	44	108%	37
Silva Jardim	25.504.050,73	48	124%	23
Sumidouro	15.083.614,75	71	93%	52
Tanguá	16.386.647,94	66	103%	41
Teresópolis	109.426.617,75	15	117%	30
Trajano de Moraes	13.517.922,13	77	70%	74
Três Rios	41.382.246,45	37	100%	46
Valença	33.522.356,28	42	88%	58
Varre - Sai	11.489.266,84	86	123%	24
Vassouras	17.393.797,72	61	68%	75
Volta Redonda	228.739.587,52	7	42%	89
Média do Estado	6.605.780.297		142%	

Tabela 16: Despesas de 2003 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Despesa Realizada em 2003	Ranking na despesa realizada em 2003	Variação 2003/1998	Ranking crescimento 2003/1998
Angra dos Reis	185.803.058,88	11	110%	39
Aperibé	11.362.949,98	90	108%	47
Araruama	62.984.520,43	24	124%	33
Areal	12.673.192,22	81	67%	71
Armação de Búzios	78.043.381,63	21	405%	5
Arraial do Cabo	23.430.222,52	54	79%	50
Barra do Pirai	37.911.697,02	40	65%	70
Barra Mansa	104.326.608,77	17	82%	73
Belford Roxo	134.764.478,47	13	57%	83
Bom Jardim	17.670.582,39	63	59%	81
Bom Jesus do Itabapoana	23.434.589,05	53	91%	56
Cabo Frio	212.053.803,21	8	314%	7
Cachoeiras de Macacu	36.618.727,64	41	124%	35
Cambuci	16.880.533,83	68	97%	55
Campos dos Goytacazes	693.982.496,51	1	610%	4
Cantagalo	26.322.364,05	49	56%	82
Carapebus	49.263.726,48	30	373%	8
Cardoso Moreira	16.662.285,22	69	108%	65
Carmo	17.259.623,03	65	85%	68
Casimiro de Abreu	68.992.460,22	22	311%	6
Comendador Levy Gasparian	10.034.253,45	91	71%	76
Conceição de Macabu	18.498.139,55	60	143%	12
Cordeiro	14.314.229,91	76	107%	28
Duas Barras	13.855.995,84	78	103%	36
Duque de Caxias	481.999.735,13	3	93%	66
Engenheiro Paulo de Frontin	12.073.485,20	84	104%	38
Guapimirim	32.658.707,30	46	131%	44
Iguaba Grande	20.352.546,19	57	132%	25
Itaboraí	109.084.698,85	15	172%	15
Itaguaí	68.084.406,35	23	35%	79
Italva	14.431.339,79	74	110%	42
Itaocara	17.025.236,24	67	82%	53
Itaperuna	45.676.924,40	34	75%	84
Itatiaia	40.116.608,55	38	49%	91
Japeri	38.980.881,57	39	110%	67
Laje do Muriaé	11.420.913,93	88	94%	61
Macaé	511.558.326,70	2	625%	2
Macuco	11.848.832,33	85	105%	43
Magé	96.696.336,40	19	139%	13
Mangaratiba	55.444.920,24	27	171%	18
Maricá	57.092.834,63	25	170%	16
Mendes	13.199.208,84	80	93%	62
Mesquita *	49.590.731,24	29	75%	90

* Variação de Mesquita refere-se ao período 2003/2001

(cont.)

Tabela 16: Despesas de 2003 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Despesa Realizada em 2003	Ranking na despesa realizada em 2003	Variação 2003/1998	Ranking crescimento 2003/1998
Miguel Pereira	20.950.908,26	55	95%	57
Miracema	19.133.613,37	59	122%	31
Natividade	17.911.348,74	61	126%	45
Nilópolis	49.059.298,19	32	69%	77
Niterói	356.518.936,64	4	71%	69
Nova Friburgo	91.400.714,27	20	69%	80
Nova Iguaçu	308.602.751,48	5	94%	59
Paracambi	24.719.237,46	52	109%	63
Paraíba do Sul	30.040.744,68	47	163%	32
Paraty	36.245.659,34	43	174%	19
Paty do Alferes	19.374.543,73	58	57%	86
Petrópolis	205.554.265,21	9	72%	72
Pinheiral	14.401.738,68	75	78%	78
Piraí	56.690.275,61	26	104%	34
Porciúncula	15.025.329,83	72	105%	40
Porto Real	17.699.074,02	62	146%	14
Quatis	11.374.049,08	89	75%	60
Queimados	44.392.958,19	35	89%	64
Quissamã	122.952.503,07	14	631%	3
Resende	99.435.066,30	18	80%	54
Rio Bonito	48.006.769,28	33	167%	11
Rio Claro	14.986.376,35	73	83%	49
Rio das Flores	13.716.463,19	79	101%	20
Rio das Ostras	286.387.704,75	6	1349%	1
Santa Maria Madalena	17.040.615,38	66	109%	48
Santo Antônio de Pádua	25.671.746,52	50	100%	29
São Fidélis	25.378.561,76	51	107%	51
São Francisco de Itabapoana	36.617.393,40	42	140%	10
São Gonçalo	205.394.100,13	10	43%	88
São João da Barra	49.154.274,12	31	244%	9
São João de Meriti	147.188.824,99	12	81%	85
São José do Ubá	11.612.249,31	87	117%	27
São José do Vale do Rio Preto	20.837.770,99	56	183%	17
São Pedro d'Aldeia	43.313.967,02	36	174%	22
São Sebastião do Alto	12.597.944,30	82	120%	26
Sapucaia	12.289.608,73	83	33%	87
Saquarema	49.994.780,00	28	203%	21
Seropédica	33.285.566,00	44	120%	37
Silva Jardim	26.999.400,31	48	127%	23
Sumidouro	15.785.227,94	71	106%	52
Tanguá	15.970.857,74	70	74%	41
Teresópolis	108.048.161,29	16	117%	30
Trajano de Moraes	14.000.693,47	77	81%	74
Três Rios	42.980.125,64	37	114%	46
Valença	32.968.845,31	45	67%	58
Varre - Sai	11.701.007,22	86	120%	24
Vassouras	17.526.130,51	64	67%	75
Volta Redonda	257.592.606,12	7	51%	89
Média do Estado	6.733.011.382		143%	

Tabela 17: Carga tributária per capita em 2003

Município	Carga tributária per capita em 2003	Ranking de carga tributária per capita em 2003
Angra dos Reis	218,09	10
Aperibé	25,92	82
Araruama	142,48	22
Areal	158,92	18
Armação de Búzios	581,33	2
Arraial do Cabo	158,10	19
Barra do Pirai	67,61	46
Barra Mansa	94,97	30
Belford Roxo	31,16	72
Bom Jardim	35,62	69
Bom Jesus do Itabapoana	55,11	51
Cabo Frio	162,97	16
Cachoeiras de Macacu	44,47	62
Cambuci	24,86	85
Campos dos Goytacazes	79,95	36
Cantagalo	68,23	45
Carapebus	51,83	56
Cardoso Moreira	28,33	76
Carmo	21,38	86
Casimiro de Abreu	69,59	43
Comendador Levy Gasparian	53,05	55
Conceição de Macabu	28,30	77
Cordeiro	38,06	67
Duas Barras	26,70	81
Duque de Caxias	108,30	27
Engenheiro Paulo de Frontin	31,39	71
Guapimirim	89,72	32
Iguaba Grande	206,84	11
Itaboraí	48,35	59
Itaguaí	197,04	13
Italva	37,79	68
Itaocara	29,63	75
Itaperuna	68,95	44
Itatiaia	351,35	6
Japeri	20,54	88
Laje do Muriaé	25,37	83
Macaé	458,18	3
Macuco	81,19	34
Magé	55,59	49
Mangaratiba	773,54	1
Maricá	172,54	15
Mendes	49,04	58
Mesquita	54,93	52

(cont.)

Tabela 17: Carga tributária per capita em 2003 (cont.)

Município	Carga tributária per capita em 2003	Ranking de carga tributária per capita em 2003
Miguel Pereira	129,26	26
Miracema	24,88	84
Natividade	27,39	79
Nilópolis	76,31	37
Niterói	425,84	4
Nova Friburgo	106,89	28
Nova Iguaçu	73,15	40
Paracambi	75,93	38
Paraíba do Sul	91,28	31
Paraty	206,25	12
Paty do Alferes	88,77	33
Petrópolis	225,40	8
Pinheiral	28,12	78
Piraí	162,90	17
Porciúncula	45,87	60
Porto Real	105,97	29
Quatis	43,12	65
Queimados	31,13	73
Quissamã	151,26	21
Resende	130,70	25
Rio Bonito	325,23	7
Rio Claro	30,77	74
Rio das Flores	133,37	24
Rio das Ostras	360,77	5
Santa Maria Madalena	27,13	80
Santo Antônio de Pádua	53,21	54
São Fidélis	45,59	61
São Francisco de Itabapoana	39,13	66
São Gonçalo	60,74	48
São João da Barra	72,08	42
São João de Meriti	53,92	53
São José do Ubá	44,06	63
São José do Vale do Rio Preto	50,46	57
São Pedro d'Aldeia	136,17	23
São Sebastião do Alto	16,18	89
Sapucaia	34,68	70
Saquarema	156,70	20
Seropédica	79,99	35
Silva Jardim	55,28	50
Sumidouro	9,63	91
Tanguá	43,75	64
Teresópolis	182,60	14
Trajano de Moraes	20,71	87
Três Rios	75,88	39
Valença	73,03	41
Varre - Sai	15,69	90
Vassouras	66,35	47
Volta Redonda	221,78	9
Média do Estado	120,88	

Tabela 18: Custeio per capita em 2003

Município	Custeio per capita em 2003	Ranking de custeio per capita em 2003
Angra dos Reis	1.248,42	23
Aperibé	1.280,81	19
Araruama	629,63	65
Areal	1.162,46	26
Armação de Búzios	3.082,14	4
Arraial do Cabo	808,40	43
Barra do Pirai	357,86	84
Barra Mansa	578,72	69
Belford Roxo	278,57	88
Bom Jardim	680,62	54
Bom Jesus do Itabapoana	649,51	59
Cabo Frio	1.061,80	30
Cachoeiras de Macacu	630,43	64
Cambuci	1.039,84	33
Campos dos Goytacazes	1.328,59	14
Cantagalo	1.253,51	21
Carapebus	4.073,45	2
Cardoso Moreira	1.180,52	24
Carmo	993,54	34
Casimiro de Abreu	2.548,29	5
Comendador Levy Gasparian	1.169,12	25
Conceição de Macabu	860,49	40
Cordeiro	706,32	52
Duas Barras	1.265,50	20
Duque de Caxias	557,19	72
Engenheiro Paulo de Frontin	822,12	42
Guapimirim	646,96	61
Iguaba Grande	1.092,67	28
Itaboraí	501,61	76
Itaguaí	763,84	47
Italva	1.054,00	31
Itaocara	678,84	55
Itaperuna	478,17	78
Itatiaia	1.291,73	18
Japeri	363,07	83
Laje do Muriaé	1.302,75	17
Macaé	2.388,29	6
Macuco	2.198,02	7
Magé	378,42	82
Mangaratiba	1.367,80	13
Maricá	608,68	68
Mendes	708,70	51
Mesquita	235,07	90

(cont.)

Tabela 18: Custeio per capita em 2003 (cont.)

Município	Custeio per capita em 2003	Ranking de custeio per capita em 2003
Miguel Pereira	732,01	50
Miracema	654,71	58
Natividade	1.127,35	27
Nilópolis	273,77	89
Niterói	677,56	56
Nova Friburgo	498,31	77
Nova Iguaçu	304,88	86
Paracambi	466,34	80
Paraíba do Sul	616,86	67
Paraty	959,41	36
Paty do Alferes	669,36	57
Petrópolis	639,86	63
Pinheiral	641,23	62
Piraí	2.119,94	8
Porciúncula	896,72	38
Porto Real	1.041,74	32
Quatis	963,21	35
Queimados	311,95	85
Quissamã	6.139,52	1
Resende	786,16	46
Rio Bonito	851,83	41
Rio Claro	787,75	44
Rio das Flores	1.251,16	22
Rio das Ostras	3.623,22	3
Santa Maria Madalena	1.388,78	10
Santo Antônio de Pádua	568,05	70
São Fidélis	621,89	66
São Francisco de Itabapoana	733,06	49
São Gonçalo	197,31	91
São João da Barra	1.375,36	11
São João de Meriti	297,60	87
São José do Ubá	1.637,81	9
São José do Vale do Rio Preto	737,84	48
São Pedro d'Aldeia	559,62	71
São Sebastião do Alto	1.374,50	12
Sapucaia	648,12	60
Saquarema	786,54	45
Seropédica	443,22	81
Silva Jardim	1.069,78	29
Sumidouro	895,33	39
Tanguá	526,59	74
Teresópolis	684,55	53
Trajano de Moraes	1.324,65	16
Três Rios	529,53	73
Valença	467,63	79
Varre - Sai	1.328,52	15
Vassouras	525,15	75
Volta Redonda	913,90	37
Média do Estado	634,55	

Tabela 19: Investimento per capita e grau de investimento em 2003

Discriminação	Investimento per capita	Ranking de investimento per capita em 2003	Grau de investimento	Ranking de grau de investimento em 2003
Angra dos Reis	168,07	18	0,126	28
Aperibé	37,88	66	0,030	85
Araruama	59,74	50	0,085	49
Areal	53,90	53	0,046	75
Armação de Búzios	650,10	6	0,180	16
Arraial do Cabo	114,05	29	0,131	26
Barra do Piraí	32,42	72	0,081	52
Barra Mansa	9,96	90	0,017	89
Belford Roxo	13,75	88	0,049	71
Bom Jardim	78,36	39	0,106	37
Bom Jesus do Itabapoana	23,51	80	0,039	78
Cabo Frio	418,85	8	0,277	5
Cachoeiras de Macacu	69,04	44	0,107	36
Cambuci	80,91	38	0,075	55
Campos dos Goytacazes	313,73	11	0,180	17
Cantagalo	45,14	60	0,035	81
Carapebus	1.066,84	3	0,240	8
Cardoso Moreira	137,85	24	0,109	34
Carmo	100,02	32	0,093	43
Casimiro de Abreu	251,77	15	0,087	47
Comendador Levy Gasparian	26,97	78	0,023	88
Conceição de Macabu	92,21	35	0,095	41
Cordeiro	40,26	62	0,053	67
Duas Barras	37,52	67	0,029	86
Duque de Caxias	38,89	65	0,069	61
Engenheiro Paulo de Frontin	167,83	19	0,173	19
Guapimirim	149,52	22	0,196	12
Iguaba Grande	54,67	52	0,051	69
Itaboraí	39,30	64	0,082	51
Itaguaí	12,17	89	0,015	90
Italva	93,44	33	0,091	44
Itaocara	31,07	74	0,043	77
Itaperuna	28,51	75	0,058	64
Itatiaia	165,89	20	0,132	25
Japeri	76,56	40	0,196	14
Laje do Muriaé	116,70	27	0,087	46
Macaé	1.022,45	4	0,287	4
Macuco	331,08	10	0,144	22
Magé	60,20	49	0,140	23
Mangaratiba	669,98	5	0,366	2
Maricá	45,95	59	0,076	54
Mendes	33,57	71	0,049	72
Mesquita	49,86	55	0,185	15

(cont.)

Tabela 19: Investimento per capita e grau de investimento em 2003 (cont.)

Discriminação	Investimento per capita	Ranking de investimento per capita em 2003	Grau de investimento	Ranking de grau de investimento em 2003
Miguel Pereira	89,92	37	0,112	31
Miracema	36,41	69	0,057	65
Natividade	37,32	68	0,036	80
Nilópolis	35,28	70	0,109	33
Niterói	64,60	47	0,083	50
Nova Friburgo	22,87	82	0,046	76
Nova Iguaçu	26,11	79	0,069	60
Paracambi	102,13	31	0,196	13
Paraíba do Sul	144,85	23	0,224	9
Paraty	199,56	17	0,206	11
Paty do Alferes	72,42	42	0,103	38
Petrópolis	48,36	56	0,071	58
Pinheiral	44,32	61	0,072	57
Piraí	288,18	12	0,124	29
Porciúncula	20,52	85	0,023	87
Porto Real	275,64	14	0,220	10
Quatis	40,22	63	0,039	79
Queimados	31,83	73	0,090	45
Quissamã	2.228,33	2	0,270	6
Resende	47,84	58	0,055	66
Rio Bonito	64,67	46	0,069	59
Rio Claro	92,87	34	0,110	32
Rio das Flores	444,96	7	0,246	7
Rio das Ostras	3.191,64	1	0,408	1
Santa Maria Madalena	246,59	16	0,164	20
Santo Antônio de Pádua	60,63	48	0,100	39
São Fidélis	20,88	84	0,033	83
São Francisco de Itabapoana	107,87	30	0,133	24
São Gonçalo	21,42	83	0,099	40
São João da Barra	350,67	9	0,179	18
São João de Meriti	20,21	86	0,068	62
São José do Ubá	135,32	25	0,086	48
São José do Vale do Rio Preto	280,56	13	0,306	3
São Pedro d'Aldeia	48,14	57	0,077	53
São Sebastião do Alto	69,91	43	0,050	70
Sapucaia	23,15	81	0,032	84
Saquarema	91,27	36	0,117	30
Seropédica	27,85	77	0,060	63
Silva Jardim	124,69	26	0,109	35
Sumidouro	163,87	21	0,158	21
Tanguá	28,15	76	0,048	73
Teresópolis	56,10	51	0,074	56
Trajano de Moraes	64,96	45	0,047	74
Três Rios	52,63	54	0,094	42
Valença	16,98	87	0,034	82
Varre - Sai	75,31	41	0,053	68
Vassouras	8,05	91	0,015	91
Volta Redonda	116,49	28	0,127	27
Média do Estado	106,30		0,143	